

Capítulo 4

«Um campo perigoso»: tradições económicas em confronto no Portugal democrático

JOÃO RODRIGUES, ANA COSTA E JOSÉ REIS

Introdução

A revolução democrática de 25 de Abril de 1974, que terminou com a mais longa ditadura da Europa ocidental, criou uma oportunidade para o florescimento de apostas e propostas, realizadas por economistas políticos com perspetivas radicalmente distintas, sobre a trajetória futura da economia portuguesa. Neste capítulo, pretende-se enquadrar, contextualizar e interpretar os debates e conflitos económicos ocorridos num período de grande efervescência política e turbulência económica, incluindo ao nível do sistema internacional em que Portugal estava inserido. As ideias têm sempre consequências, sobretudo em períodos de bifurcação como claramente foram a segunda metade dos anos 1970 e 1980.

Mais concretamente, no contexto português, existiam neste período economistas desenvolvimentistas, com simpatias socialistas, mas também começam a surgir economistas neoclássicos com simpatias neoliberais. Os primeiros, mais alinhados com a identificação das formas de dependência que constroem a economia portuguesa e com os objetivos da Constituição democrática e socialista de 1976, paradoxalmente aprovada depois de terem perdido no essencial o acesso ao poder político, enfatizavam a necessidade de ganhar margem de manobra política nacional para o desenvolvimento, atendendo nos desequilíbrios internos e nas incoerências do sistema produtivo e defendendo uma integração internacional cautelosa e limitada. Os segundos, tendo concluído em alguns casos os seus doutoramentos nos EUA, mobilizaram conceitos como os de pequena economia aberta e de interdependência,

em modo explicitamente descritivo e implicitamente prescritivo, enfatizando desde cedo a necessidade de superar o viés antiliberal da ordem constitucional de 1976. A história destes últimos economistas, que acabariam por se tornar os mais influentes na condução da política económica, não pode ser entendida sem a sua oposição ao socialismo, entendido de forma ampla.

A análise de Portugal nesta área fornece um exemplo do desenvolvimento tardio numa periferia europeia da chamada «economia de livre mercado», mais bem designada por neoliberalismo na literatura da história da economia política (Backhouse, 2010). Conclui-se o capítulo argumentando que, na prática, o espaço para estes debates sistémicos na economia, tanto no espaço público, em geral, como na academia, em particular, se fechou em meados dos anos 1980, devido a uma série de fatores — que serão brevemente escrutinados —, tanto internos como externos ao país, dando lugar a um conjunto de reformas políticas de neoliberalização da sociedade portuguesa.

1. Uma trajetória para nenhures?

Em 11 de abril de 1975, Mário Murteira, então ministro do Planeamento e Coordenação Económica do IV Governo Provisório, que durou de 28 de março a 8 de agosto de 1975, apresentou uma avaliação da situação económica ao Conselho da Revolução, um dos centros do poder político durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). O economista político fez um diagnóstico radical: devido à nacionalização dos setores estratégicos, após o fracassado golpe de direita do mês anterior ter permitido aos setores socialistas reforçar a iniciativa política, o «capital monopolista» tinha perdido «o controlo dos centros de decisão do sistema social português»; entretanto, e graças às liberdades democráticas recentemente conquistadas, a «luta de classes» tinha-se intensificado e adquirido um «sinal anti-capitalista», mas esta última estava focada em ganhos salariais de curto prazo, o que implicava um precário equilíbrio político-económico; afinal de contas, tinha-se provocado «o descalabro da economia, por via do anti-capitalismo», sendo então necessário «reconstruir a economia através do socialismo» (Murteira, 1975a: 14–15).¹ Reconstruir a economia exigia uma direção política clara,

¹ Num curto período de tempo, os grandes grupos económicos que dominavam a economia portuguesa foram desmantelados e o Estado assumiu, graças às nacionalizações, o controlo direto de uma parte relevante da economia, representando cerca de um quarto do Produto Interno Bruto e um terço do investimento, do setor bancário à indústria pesada e aos serviços de rede (Baklanoff, 1996). Para lá da retórica da sabotagem económica antidemocrática por parte destes grupos, as razões aduzidas para esta grande transformação refletiam a convicção económica partilhada entre

ou seja, um «plano económico de transição». Nas suas «notas» sobre o dito plano, escritas em junho de 1975, Murteira sublinhou os objetivos macroeconómicos da transição: pleno emprego, equilíbrio externo e independência nacional (Murteira, 1975b). Dada a influência da teoria da dependência no seu pensamento da altura, Murteira dava grande importância à questão da independência nacional (Murteira, 1975c). A inserção internacional, vista em termos da superação das relações assimétricas entre esta peculiar periferia europeia e os principais centros capitalistas, assumia aí grande importância. Neste contexto, desenvolveu-se uma distinção entre o inevitável condicionamento externo da independência nacional, dada a posição geoeconómica do país, e a evitável determinação externa da sua forma de economia política e das suas decisões de política económica, o que requeria um plano adequado. Alcançar o equilíbrio externo era decisivo para este objetivo, embora fossem vagos os meios para o alcançar nesta altura, até dada a relutância em usar a política cambial, o que terá contribuído para derrotar economicamente a possibilidade desta trajetória política (Kolm, 1977).

Em outubro de 1975, já fora do governo, e já com o VI e último Governo Provisório sem o mesmo ímpeto transformador dos anteriores, Murteira aproveitava para refletir sobre a pantanosa transição entre capitalismo e socialismo no país, num contexto de desequilíbrios económicos: o capital monopolista não estava ainda no comando, mas não havia uma direção política clara e unificada, capaz de encetar a difícil transformação rumo ao socialismo (Murteira, 1975c). No final deste ano de grandes transformações, Murteira diagnostica «uma abissal desproporção entre uma riquíssima prática social e uma medíocre expressão no plano político-ideológico» (Murteira, 1975d: 117).²

os economistas políticos de que o Estado tinha de liderar o processo de desenvolvimento, através do planeamento, o que implicava mexer nas relações de propriedade dos setores mais importantes do processo de acumulação (Noronha, 2018). Obviamente, o económico e o político estavam imbricados na noção então corrente de capital monopolista, nas suas expressões políticas autoritárias que haviam sido derrotadas e na noção de dependência em relação ao exterior que havia ainda que superar acarretada por esta configuração.

² Numa entrevista realizada mais de 30 anos depois do PREC, Mário Murteira identificaria retrospectivamente o seguinte padrão: «Muitas vezes, quando estava envolvido em conversas importantes com Vasco Gonçalves [primeiro-ministro] no seu gabinete, íamos à janela e víamos os que passavam em manifestações. No fim de contas, éramos mais espectadores do que atores de um grande movimento popular» (citado em Fishman, 2019: 45). Fishman (2019) enfatizou como as origens revolucionárias da democracia em Portugal, por comparação com a transição espanhola, incluindo uma «“crise do Estado” clássica», moldaram uma trajetória social mais inclusiva, da cultura à economia política, e isto apesar da viragem neoliberal — de resto considerada mais mitigada pelo Estado social — do final dos anos 1980 em diante.

O PREC estava acabado, mas uma larga maioria da Assembleia Constituinte aprovou, em 1976, o que viria a ser o seu legado institucional mais duradouro: a Constituição democrática com uma orientação socialista, onde as nacionalizações eram consideradas conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras protegidas por regulações das relações laborais ou por um Estado-Providência que se desejava robusto, elementos de um objetivo de transição sistémica para uma sociedade capaz de eliminar as desigualdades de classe.³

O recuo de Mário Murteira para a academia, para o ensino e para a investigação, tendo escrito vários livros sobre Economia do Desenvolvimento, e para a cooperação e consultoria internacionais, em particular junto dos governos de orientação socialista das antigas colónias portuguesas, não implicou uma retirada do debate público, que ainda se travou de 1976 em diante, sobre a necessidade e a plausibilidade de uma via portuguesa para o socialismo. De facto, em 1976, Murteira foi um dos fundadores, conjuntamente com outros economistas políticos, na sua maioria mais jovens, muitos em início de carreira académica, da revista *Economia e Socialismo*. Esta revista existiu com o subtítulo *Revista Mensal de Economia Política*, entre 1976 e 1981, e com o subtítulo *Revista Trimestral de Economia Política*, entre 1981 e o seu último número, em 1987. Mário Murteira foi sempre o seu diretor. Francisco Pereira de Moura, que tinha sido ministro nos IV e V Governos Provisórios e que era um dos mais destacados professores do então radicalizado Instituto Superior de Economia (ISE, designação de 1972 a 1989 do até então ISCEF), era um dos mais importantes membros do conselho editorial. Inspirada, até do ponto de vista da estética, na norte-americana *Monthly Review*, uma das publicações de referência da Economia Política Radical, a revista estava clara

³ Com efeito, todos os partidos, à exceção do CDS, aprovaram a Constituição, refletindo um certo espírito da época, incluindo o internacional, ao nível dos arranjos e das políticas económicas. Sousa Franco falaria de um consenso, de uma «comunidade de ideias», oscilando entre o marxismo e o keynesianismo, entre os economistas deste período, em que seriam raros os liberais autênticos, o que explicaria em parte o «lento reformismo contra-revolucionário», particularmente entre 1976 e 1985 (Franco, 1994: 209). Como veremos, esta hipótese de um consenso é problemática. Como Luciano Amaral sublinhou, as dimensões económicas da Constituição de cariz socialista seriam diluídas na prática dos governos constitucionais, que «procuraram, através de uma série de reformas institucionais, restabelecer a confiança dos empresários, muito afetada pelas alterações revolucionárias» (2015: 95). Tendo contornos vagos, a confiança dos capitalistas é considerada um poderoso mecanismo, algures entre a economia e a ideologia, de conformação do Estado. Um certo tipo de pensamento económico especializou-se, dos anos 1970 em diante, em traduzir para a política económica esta enviesada hipótese da confiança.

e igualmente localizada na interseção entre a investigação científica e a intervenção política.⁴

No primeiro editorial, não assinado, de abril de 1976, a situação económica era considerada «o condicionalismo básico do processo político português» (*Economia e Socialismo*, 1976a: 2). A revista apresentava-se como um «instrumento de trabalho e reflexão crítica», «independente de quaisquer partidos ou agrupamentos políticos», assumindo a seguinte hipótese de trabalho: «Portugal não pode ser compreendido sem uma visão mais ampla dos enfrentamentos de classes, nações e sistemas sociais à escala mundial» (1976a: 2). Além de autores portugueses, a revista publicava frequentes análises de autores estrangeiros, sobretudo dos continentes africano e americano. Por exemplo, no primeiro número, o economista político radical canadiano Michel Chossudovsky escreveu sobre «a economia de Chicago ao estilo chileno», ao mesmo tempo que um artigo assinado E. S. (*Economia e Socialismo*) descrevia minuciosamente a situação económica nacional e Murteira fazia um balanço crítico da «política económica dos governos provisórios», enfatizando os efeitos perversos, sobretudo num contexto de descenso da luta de classes, de uma «transformação rápida da estrutura económica sem correspondência significativa na consciência social e na direcção política» (Murteira, 1976: 48). Já no segundo número, de maio de 1976, o codiretor da *Monthly Review*, Harry Magdoff, escrevia sobre as estratégias económicas da China, comparando-as com as estratégias soviéticas, num tempo em que era ampla a variedade de sistemas sociais à escala mundial, o que também é atestado pela publicação de um documento de trabalho, da autoria do Departamento de Reconstrução Nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola, sobre a «marcha em direcção à independência económica» deste novo Estado; ao mesmo tempo, a revista recolhia «depoimentos» de dois dos mais destacados economistas políticos marxistas nacionais, João Martins Pereira e Armando Castro, reagindo aos dois artigos do primeiro número, acima mencionados, sobre os caminhos políticos da economia portuguesa durante e após o PREC, indicando uma aposta no debate plural entre os que pugnavam por uma via portuguesa para o socialismo num

⁴ Fundada em 1949, a *Monthly Review* teve no economista marxista Paul Sweezy o seu grande esteio intelectual, estando na linha da frente das análises sobre o capitalismo monopolista ou sobre a dependência e suas teorizações, publicando os autores mais relevantes nestas tradições da economia política crítica. A partir dos anos 1980 e até à atualidade, tem estado na vanguarda das análises sobre a financeirização do capitalismo. Continua a ser um caso de resiliência intelectual, num contexto onde a ideia de socialismo conheceu recentemente uma certa ressurgência nos EUA.

contexto internacional que de facto ainda parecia aberto a estas transformações. Este tipo de conjugações temáticas, nacionais e internacionais, esteve presente ao longo dos 76 números de uma revista que não sobreviveu aos triunfos do neoliberalismo, incluindo na sua variante nacional com o chamado cavaquismo.

Entretanto, numa das suas raras publicações em inglês na altura, Murteira, procurando sempre fazer uma análise realista da situação económico-política nacional, considerava que «a transição revolucionária para o socialismo» estaria já fora de questão, sendo «muito mais provável uma situação de dependência crescente em relação ao apoio económico e financeiro estrangeiro, com a correspondente redução da liberdade interna para os decisores de política portugueses» (1979a: 339). O contexto era de enorme turbulência e estava em rápida transformação. O Fundo Monetário Internacional (FMI) era uma das expressões institucionais do espectro da dependência económica e da regressão sociopolítica. O I Governo Constitucional parecia confirmar o diagnóstico de Murteira, incluindo no pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), na altura muito criticado por economistas políticos como Francisco Pereira de Moura que o catalogou como «Governo burguês do Partido Socialista» numa entrevista que saiu sob a forma de livro (Moura, 1977a). O texto de Murteira em inglês acima mencionado foi publicado num livro intitulado *Contemporary Portugal — The Revolution and Its Antecedents* e foi apresentado, sob a forma de comunicação, três anos antes, em 1976, no terceiro encontro, realizado na Universidade de Toronto, do *International Conference Group on Modern Portugal*. Tratava-se de uma organização composta majoritariamente por académicos do mundo anglo-saxónico que estavam interessados na evolução de Portugal, do corporativismo autoritário do fascismo à ainda institucionalmente precária, mas esperançosamente democrática, formação social nacional em transformação.

A economia política da independência nacional era então central nos interesses de investigação de Mário Murteira, o que está patente, por exemplo, num dos artigos que escreveu para a revista *Análise Social* do então Gabinete de Investigações Sociais (atual Instituto de Ciências Sociais) de que era membro desde a sua fundação no início dos anos 1960. No artigo, Murteira oferecia uma reveladora ideia sobre o contestado conceito de desenvolvimento, por si considerado uma condição necessária, mas não suficiente, da almejada transição para o socialismo:

só poderá consistir num processo de crescimento económico que, além do mais, assegure crescente autonomização de decisões em dada economia [...] tudo isto será, porém, mero exercício formal, ou jogo de palavras, desde que não sejam referidos os mecanismos concretos da dependência e do desenvolvimento. (Murteira, 1975c: 529)

Estes mecanismos concretos, de índole financeira, tecnológica ou comercial, em particular os que estariam sob o controlo das empresas multinacionais, seriam escrutinados detalhadamente num livro posterior, que de resto pode ser visto como o zénite da teoria da dependência no nosso país (Murteira, 1979b). Aí, uma das hipóteses centrais era a de que a reconstituição das teias da dependência seria incompatível com um processo real de democratização. Este último pressupunha sempre um grau relevante de autodeterminação nacional no campo económico e logo político. Três anos mais tarde, também num artigo da *Análise Social*, Murteira (1982: 1050) sublinharia o impasse que se registava na formação social portuguesa, dominada por uma política económica conjuntural orientada para o reequilíbrio externo, a que tudo sacrificava, sem alteração estrutural progressiva de monta, antes pelo contrário, dado o aumento da dependência externa num contexto em que, desde 1976, tinham tido primazia os interesses tendentes «à recuperação de certa normalidade capitalista». Em plena segunda intervenção do FMI (1983–1985), dez anos depois do 25 de Abril, Murteira (1984) localizaria, de forma clara, as origens do «bloqueio estrutural» português na «oposição de duas racionalidades numa economia concreta — uma resultante do movimento de transição anticapitalista desencadeado em 1974–75, a outra, de um movimento de recuperação capitalista acentuado nos anos mais recentes — que são contraditoriamente praticadas e afirmadas no plano institucional sem coerência global» (1984: 34–35). A situação económica era «precária e movediça» e refletia-se, ainda que parcialmente, na instabilidade política endémica. Dois anos depois, com a adesão à CEE, a que se seguiu a primeira maioria absoluta do Partido Social-Democrata de Cavaco Silva, a situação política estabilizaria e a racionalidade capitalista, para usar os termos de Murteira, seria institucionalmente consolidada com a revisão constitucional de 1989, abrindo caminho às privatizações, num quadro de transformações institucionais mais vastas, em larga medida sobredeterminadas pela integração europeia (Reis *et al.*, 2014). Do ponto de vista intelectual, os quadros analíticos, na tradição da economia política, que enfatizavam a análise crítica do capitalismo português, enquanto sistema histórico-institucional,

eventualmente passível de superação, sofreriam uma imensa erosão na segunda metade dos anos 1980, sendo o desaparecimento da *Economia e Socialismo* um sinal editorial desta forte tendência.⁵

Num artigo sobre a influência do estruturalismo no pensamento sobre o desenvolvimento económico português, Bastien e Cardoso referiram-se aos anos 1970 como «um tempo em que os quadros teóricos de referência dos economistas portugueses [influenciados, entre outros, pelo pensamento estruturalista latino-americano] foram alvo de choques súbitos, fazendo com que as simpatias doutrinárias oscilassem entre o marxismo [...] e o monetarismo dos anos de estabilização» (Bastien e Cardoso, 2003: 45).

Esta última simpatia foi particularmente visível depois do primeiro programa de estabilização do FMI, justificado, como era comum na altura, pela crise da balança de pagamentos que atingiu o país, parte da particularmente intensa crise na periferia e semiperiferia do sistema mundial nestes anos, com mais de três dezenas de países a recorrerem à assistência financeira do Fundo (Frieden, 2006).

Antes de escrutinarmos esta reação neoliberal na próxima secção, vale a pena atentar em algumas das expressões institucionais, tardias e democráticas daquilo a que Bastien e Cardoso (2003: 41) apodaram como «ansiedade produtivista e tecnocrática» de engenheiros e economistas portugueses. Durante os anos a seguir à Segunda Guerra Mundial, esta teria favorecido a receção em Portugal do estruturalismo. Uma dessas expressões institucionais de um pensamento desenvolvimentista foi o Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI). Criado nas vésperas da Revolução, em 1973, sob a alçada da Secretaria de Estado da Indústria, o seu objetivo era fornecer aconselhamento informado na área das políticas de desenvolvimento industrial, associadas ao processo mais vasto de transformação estrutural da economia portuguesa (Reis, 2019). A sua figura de referência, desde a fundação até ao seu progressivo desmantelamento nos anos 1980, foi um engenheiro de formação, com vocação e formação económica chamado João Cravinho. Cravinho foi ministro da Indústria no IV Governo Provisório, sendo o responsável pela nacionalização de uma parte importante da grande indústria. Sob a liderança de Cravinho, um grupo de economistas críticos desenvolveu no quadro do GEBEI, antes e depois do período revolucionário, um conjunto

⁵ Sinal da sua própria evolução intelectual e política, Mário Murteira acabaria por fundar, em 1996, e dirigir, até 2011, uma revista intitulada *Economia Global e Gestão*, ligada à Escola de Negócios do ISCTE, onde foi professor, desde a fundação desta instituição universitária, em 1972, até à sua jubilação, em 2002.

relevante de trabalhos de natureza interdisciplinar e sistémica, relacionados com os aspetos estruturais mais relevantes da economia portuguesa, enfatizando a sua especificidade e heterogeneidade. A função destes estudos era informar e guiar a elaboração de planos, particularmente na área da política industrial, parte de uma tradição de planeamento que vinha dos planos de fomento desde os anos 1950 e que agora se procurava aprofundar num contexto em que o planeamento tinha reconhecimento constitucional e em que o Estado, também através das nacionalizações, tinha mais instrumentos de direção da trajetória económica. Não é de admirar que temas como os *stocks* de capital e o desenvolvimento de capacidades tecnológicas e de exportação, ou o grau adequado de proteção tarifária, fossem objeto de investigação. Para lá disto, era devotada atenção ao desenvolvimento e refinamento de quadros de análise, como os das matrizes regionais e de *input-output*, capazes de captar as relações fundamentais que moldavam os fluxos e as dinâmicas concretas de uma economia, sobre cujas estruturas económicas e políticas se tinha uma noção profunda (Ribeiro *et al.*, 1987).

Enquanto durou, o GEBEI ilustrou quatro dimensões do pensamento económico de pendor desenvolvimentista e socializante naqueles tempos de transição que importa sublinhar. Em primeiro lugar, a ampliação temporária, mas real, de temas desenvolvimentistas já presentes durante a ditadura a partir dos anos 1950, embora aí embrulhados numa retórica tecnocrática, com óbvios enviesamentos de classe, ao invés de uma preocupação afirmada de forma mais clara depois de 1974, com uma trajetória autónoma e inclusiva de desenvolvimento industrial no quadro de um processo democrático de regulação socioeconómica. Em segundo lugar, o papel que muitos dos participantes nos governos provisórios do período revolucionário tiveram na manutenção, durante alguns anos pós-1975, de um discurso económico que enfatizava a necessidade de consolidar e dar coerência às transformações radicais registadas na forma da economia política nacional, particularmente através do planeamento. Em terceiro lugar, esta forma de pensar economicamente tinha as suas ligações internacionais, o que no caso do GEBEI se traduzia num certo ecletismo visível na cooperação com organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou o Banco Mundial, mas também com instituições francesas, como o Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification (CEPREMAP), dominado pela escola francesa da regulação e pela tradição de modelização económica ao serviço do planeamento indicativo. O próprio João Cravinho confirmou recentemente esse

ecletismo, ao indicar como o trabalho económico coletivo desenvolvido no GEBEI bebia da influência de tradições tão distintas como as da Economia Política Radical de Paul Baran e Paul Sweezy, da Economia Institucionalista de John Kenneth Galbraith ou dos trabalhos empíricos na área da Economia Internacional desenvolvidos por economistas ligados ao Banco Mundial, como Béla Balassa (Reis, 2019). Em quarto lugar, a maior parte dos economistas portugueses nesta tradição tenderam a desenvolver os seus estudos, de âmbito doutoral, em universidades portuguesas ou eventualmente francesas, onde estas tradições críticas tinham algum respaldo, como eram o caso do ISE, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra ou das universidades francesas de Grenoble ou de Paris-Nanterre.

Se o planeamento era um instrumento necessário para uma transformação estrutural, entre novembro de 1982 e janeiro de 1983, um grupo de economistas e engenheiros reuniu-se num seminário, organizado pelo Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do ISE, intitulado *O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência*, que vale a pena revistar brevemente. Uma das intervenções de maior fôlego foi de Manuela Silva, que tinha sido Secretária de Estado do Planeamento no I Governo Constitucional e responsável pelo Plano de Médio Prazo de 1977–1980, que nunca chegou a ser implementado, apesar de ter representado o mais consistente esforço desta tradição económica no Portugal democrático.

Refletindo sobre as lições da experiência portuguesa, Manuela Silva distinguia o planeamento, subjacente aos vários planos de fomento antes de 1974, enquanto «tarefa do Estado destinada a fazer face ao atraso capitalista das forças produtivas da Nação», mas incapaz de assegurar um desenvolvimento pleno do planeamento democrático orientado para a alteração das relações sociais, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento, traduzido na capacidade de satisfazer as necessidades básicas da população; em coerência, uma «economia mista» em transição ou não para o socialismo (M. Silva, 1984: 31). Numa fase que já era de reconhecido «desencanto», esta economista apontava para uma situação paradoxal — «a história do planeamento pode resumir-se numa única frase: de então até agora, não existiu planeamento de médio prazo», prevalecendo uma política dita conjuntural de curto prazo, tendo-se perdido uma oportunidade nestes anos (M. Silva, 1984: 29). Para lá de razões de «conjuntura e tática política», Manuela Silva não deixava de assinalar já os efeitos favoráveis para o que apodava de «não-planeamento» de um «discurso» apoiado «na corrente de liberalismo económico que, tendo origem nos EUA, tem vindo a alastrar à Europa»: «não obstante os seus

resultados negativos bem visíveis, certas vozes continuam a defender o retorno aos mecanismos de mercado, à liberalização económica, ao não-planeamento» (M. Silva, 1984: 33). E eram vozes crescentemente poderosas, alinhadas com interesses relevantes, nacionais e internacionais, de tal forma que contribuíram ativamente para que se passasse «de uma fase de inércia ou impotência» para um «processo activo de dismantelamento da actual estrutura de planeamento e na devolução do sector público às regras de mercado» (M. Silva, 1984: 34).

Pelo mesmo diapasão alinhava João Cravinho, que, no mesmo seminário, procurou elencar as razões internacionais e nacionais para um diagnóstico fixado nos seguintes termos: «a governação pública em Portugal tem exibido um claro pendor para o “desplaneamento”» (Cravinho, 1984: 43). Num contexto de «crise social», onde a luta em torno da «relação salarial» assumia uma grande importância, Cravinho denunciava a discrepância entre a centralidade constitucional do plano e a realidade «desplaneada», o que seria particularmente preocupante sobretudo nas vésperas do «embate» com a integração europeia. A «linha liberal» na política, apesar dos avanços, não tinha ainda triunfado, já que a revisão constitucional de 1982 tinha confirmado «o estatuto do plano e, sobretudo, a irreversibilidade das nacionalizações» (Cravinho, 1984: 62). Cravinho podia por isso ainda contrapor o «conservadorismo recessivo», apostado no «controlo da relação salarial» para efeito de políticas de estabilização, na linha do FMI e dos seus apoiantes internos, à «transformação estrutural planeada» conforme à Constituição: «a hora da decisão aproxima-se», asseverava este engenheiro naturalmente ansioso com a crise do seu país (Cravinho, 1984: 70). Com efeito, assim seria e o desfecho não foi favorável à linha defendida por Cravinho neste seminário, como veremos na próxima secção.

2. Uma trajetória para algures

Olhando para a evolução intelectual no campo económico,⁶ é hoje relativamente fácil concluir que o desenvolvimento mais influente saído do turbulento período da segunda metade dos anos 1970 foi a criação, consolidação e crescente hegemonia de uma abordagem que chegou a autodesignar-se por «Nova Economia», que teria uma referência dupla implícita: por um

⁶ Uma análise exploratória da evolução do pensamento económico em Portugal ao longo das três últimas décadas do século passado foi feita em Reis (2012), usando as publicações sobre economia em três revistas portuguesas.

lado, à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL) e, por outro, a uma forma supostamente nova de pensar economicamente, partindo de um quadro neoclássico mobilizado para dele se retirarem implicações de política económica neoliberalizadoras (Sousa *et al.*, 1989).⁷

Esta tendência foi sobretudo o resultado da intervenção de economistas académicos portugueses, a maioria dos quais realizou os seus doutoramentos durante os anos 1970 e 1980 nos EUA, no quadro de uma rede de instituições nacionais e internacionais, académicas e não académicas. As principais instituições que vale a pena referenciar neste contexto são a Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, criada em 1972, a FEUNL, criada em 1978, o mais vetusto Banco de Portugal, cujo influente Departamento de Estudos Económicos acabaria por ser dominado por economistas oriundos destas instituições universitárias, já para não falar do Ministério das Finanças. As principais instituições internacionais foram uma série de universidades norte-americanas, mais ou menos prestigiadas, mas também organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Comissão Europeia, por onde alguns destes economistas passaram e cuja influência institucional em Portugal a partir da segunda metade dos anos 1970 reforçaria as suas prioridades intelectuais e políticas.

A partir da sua posição como Professor Catedrático na Universidade Católica Portuguesa (UCP), desde 1973, depois de ter saído do então Instituto Superior de Economia (ISE, designação que, em 1972, substituiu a anterior de ISCEF, e que, em 1989, passou a ter a designação atual de ISEG), Alfredo de Sousa foi reconhecidamente o líder da criação institucional de uma nova abordagem ao ensino e à investigação na Economia, com grandes impactos na política. Sousa doutorou-se em Economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, sob supervisão de Gaston Lédur, membro e presidente, entre 1974 e 1976, da Mont Pelerin Society. Tornou-se o economista de referência do PPD-PSD na Assembleia Constituinte e um dos críticos mais vocais da economia política do PREC (Sousa, 2017). O seu papel central na criação e consolidação da FEUNL, particularmente nos primeiros anos, como presidente

⁷ Mirowski assinalou que nem todos os economistas neoclássicos são neoliberais e que nem todos os economistas neoliberais são neoclássicos. No entanto, e como argumentou Backhouse (2010), a Economia Neoclássica crescentemente dominante esteve associada, desde os anos 1970, a um crescente entusiasmo pela promoção das forças de mercado, passando de resto a sublinhar mais as falhas do Estado do que as falhas do mercado, isto para usar os termos habituais nesta abordagem. Se tomarmos a sigla DLP (Desregulamentação, Liberalização e Privatização), forjada por Steger e Roy (2010) para sintetizar as posições neoliberais, então é claro que a chamada Nova Economia tendeu a favorecer transformações institucionais nesta linha.

da sua comissão instaladora é amplamente reconhecido (Rodrigues, 2019). Alfredo de Sousa foi o principal responsável pelo recrutamento sistemático de um conjunto de economistas, muitos deles anteriormente docentes no ISCEF, que, entretanto, estavam a concluir ou tinham já concluído o seu doutoramento nos EUA. Se atentarmos nos outros membros da comissão instaladora da FEUNL, verificamos um padrão claro: José António Girão (doutoramento pela Universidade Cornell, EUA, em 1972), Aníbal Cavaco Silva (doutoramento pela Universidade de York, Reino Unido, em 1975), Abel Mateus (doutoramento pela Universidade da Pensilvânia, EUA, em 1977) e Manuel Pinto Barbosa (doutoramento pela Universidade de Yale, em 1977).⁸

Como foi notado por Bastien, a abordagem à Economia que foi desenvolvida entre a UCP e a FEUNL, num contexto inicial em que havia uma grande sobreposição do corpo docente, distinguiu-se pela adoção de um «padrão norte-americano *ab initio*», dado que «muitos professores visitantes tinham vindo de universidades nos EUA e uma parte importante dos seus próprios professores tinham obtido os seus doutoramentos nestas universidades», sendo que este processo teria demonstrado «a influência das tendências teóricas norte-americanas; por exemplo da teoria das expectativas racionais e das visões monetaristas» (2000: 183).⁹ Isto estava em nítido contraste com

⁸ Outros professores proeminentes incluíam António Soares Pinto Barbosa (doutoramento pela Virginia Polytechnic and State University, EUA, em 1978), Diogo Lucena (doutoramento pela Universidade de Stanford, EUA, em 1980), Jorge Braga de Macedo (doutoramento pela Universidade de Yale, EUA, em 1979) ou Miguel Beza (doutoramento pelo MIT, EUA, em 1979). Destaque ainda para a transferência, a seu pedido, de António Manuel Pinto Barbosa do ISE para a FEUNL, em 1978. Considerado o modernizador do ensino da Economia, com a reforma de 1949 no currículo do ISCEF, este antigo ministro das Finanças e Governador do Banco de Portugal antes de 1974, seria presidente do Conselho Científico da FEUNL até à sua jubilação em 1988. Sobre os economistas Pinto Barbosa (pai e filhos) na FEUNL, veja-se Rodrigues (2019). Sob a orientação de James Tobin e James Buchanan, futuros Prémios Nobel de Economia (mais propriamente, Prémio do Banco da Suécia para as Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel), os irmãos gémeos António e Manuel seriam fundamentais na construção institucional e científica desta Nova Economia, até porque, ao contrário de outros economistas, como Aníbal Cavaco Silva, Jorge Braga de Macedo ou Miguel Beza, não tiveram intervenção política direta, o que, ao contrário destes últimos, não implicou qualquer afastamento da instituição.

⁹ O historiador Jaime Reis, pai da chamada «Nova História Económica» em Portugal, resultado do impacto na história económica dos métodos da economia neoclássica, tinha já assinalado, por sua vez, em entrevista a José Luís Cardoso, na *Análise Social*, que a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, criada em 1978, era pelo menos até à década de 1990 «populada quase inteiramente por jovens doutorados no estrangeiro», tendo este facto gerado na sua opinião «um ambiente invulgar para o Portugal da época, tanto para a investigação como para o ensino, como ainda para a organização de uma instituição universitária que viria a tornar-se numa das principais do mundo universitário português dos dias de hoje» (Cardoso e Reis, 2011: 496).

as abordagens hoje ditas heterodoxas ainda prevalecentes noutras instituições de ensino. Isto era assim em particular no ISE, considerada a instituição incumbente contra a qual estes economistas definiram também a sua identidade científica e política, apontando-lhe derivas radicais perniciosas a que haveriam de dar combate¹⁰ (Rodrigues, 2019).

O «padrão norte-americano» tinha três dimensões: ensino, investigação e aconselhamento de política feito por economistas académicos, muitos dos quais se tornariam intelectuais públicos e até políticos. Na FEUNL e na UCP, havia um claro predomínio no ensino da economia neoclássica, com os seus métodos econométricos e modelos matemáticos. Desde o início, houve um esforço deliberado para emular o modelo norte-americano de programa doutoral, com uma forte componente de ensino, hoje generalizado, mas que foi pioneiro no final dos anos 1970, um dos múltiplos exemplos de transferência do centro para esta semiperiferia de uma prática académica ali já habitual e que tinha sido experimentada por muitos destes professores nos seus anos de doutoramento (Marçal *et al.*, 2019).¹¹

¹⁰ Em Marçal *et al.* (2019: 154), Ana Balcão Reis, docente na FEUNL e diretora dos cursos de Doutoramento e de Mestrado em Economia desta instituição, no período de 2008 a 2011, é citada em entrevista, tendo declarado: «Originalmente, havia o ISEG e havia a Nova, e claramente não faziam a mesma Economia. [...] Eu diria que [na FEUNL] era uma Economia mais “amiga” do mercado e menos da intervenção estatal ou da planificação.» Este estudo sobre a evolução do ensino pós-graduado em Economia em Portugal cita ainda uma entrevista feita a Luís Campos e Cunha, docente na FEUNL e diretor do curso de Doutoramento em Economia desta instituição, no período de 1990–1991, em que este assinala: «Nos anos 1980, e mesmos nos anos 1990, havia a perceção, e era uma perceção correta, de que na Nova — e até certo ponto na Católica, embora aí fosse menos vincada — éramos liberais, no sentido inglês do termo, éramos pró-mercado, pró-privatizações, coisas desse género. A partir do momento em que isso foi feito, tornou-se menos óbvio» (Marçal *et al.*, 2019: 154). Luís Campos e Cunha (doutorado pela Universidade de Columbia, EUA, em 1985) foi também docente na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, diretor da FEUNL (2002–2005), vice-governador do Banco de Portugal (1996–2002) e ministro de Estado e das Finanças (março a julho de 2005). Na já mencionada entrevista, Luís Campos e Cunha, referindo-se ao grupo de fundadores da FEUNL, tornava clara a tensão existente com o ISE (ISEG na denominação atual): «É preciso ver como é que era o mundo universitário, pelo menos na área da Economia, nos anos 1970. Essas pessoas de que eu estava a falar foram meus professores já. É tudo gente que chegou nos anos 1970 — 1973, 1975, 1977 — e chegou cá e viu uma universidade na área da Economia que era basicamente dominada — tirando a Católica — por um marxismo-leninismo, nalguns casos, aliás, bastante ortodoxo. O ISE nessa altura era de uma ortodoxia impensável!» (citado em Marçal *et al.*, 2019: 153).

¹¹ As entrevistas a Ana Balcão Reis e a Luís Campos e Cunha, já mencionadas, são particularmente ilustrativas de uma prática emulativa do modelo norte-americano: «[N]os EUA era já uma coisa completamente comum e assente que o doutoramento tinha uma parte de curso, de cadeiras, que assim mais ou menos consubstanciava as cadeiras do mestrado, e depois havia dois exames. Quem seguia para fazer o mestrado fazia uma tese de mestrado. Quem quisesse seguir o doutoramento

Em termos de investigação, existiu desde o início uma relação entre o percurso doutoral nos EUA e o esforço para ir publicando em revistas académicas anglo-saxónicas, num movimento inicialmente tímido que, também nesta área, antecipou fortes tendências futuras numa área cada vez mais dominada pela economia neoclássica (Mata, 1995).

Em articulação com esta prática de investigação, a criação da revista *Economia*, em 1977 (e que durou até 2003), propriedade da UCP, confirma a fluidez institucional entre os economistas académicos desta instituição e os da Nova, com a coexistência de vários professores em ambas as instituições a facilitar um esforço de cooperação para afirmar uma certa forma de entender a Economia que não podia ser mais contrastante, em termos de referências, quadros teóricos, métodos e implicações de política, com a da revista *Economia e Socialismo*, fundada um ano antes. Eram ali frequentes os artigos em inglês escritos por economistas portugueses e estrangeiros, com frequente formalização matemática num quadro neoclássico, acompanhados de artigos mais diretamente concentrados em temas de política económica nacional, revelando uma necessidade de intervir no debate público, criticando, em particular nos primeiros anos, os resultados da economia política da revolução e as implicações económicas de uma Constituição com uma clara orientação socialista que haveria que esvaziar ou modificar.

Por exemplo, no primeiro número da revista, Miguel Bezeza, então estudante de doutoramento no MIT, foi coautor de um artigo em inglês escrito em coautoria com três colegas norte-americanos, entre os quais o também doutorando Paul Krugman, apresentando o que designaram por «primeiro modelo macroeconómico» da economia portuguesa (Abel *et al.*, 1977).¹²

tinha dois exames, um exame de teoria geral e um exame de especialidade, também mais uma vez tradição norte-americana» (Luís Campos e Cunha citado em Marçal *et al.*, 2019: 146); «Quando o programa de doutoramento foi lançado, [...] foi [...] num molde completamente diferente daquele que existia nas outras escolas, porque foi tentando seguir a maneira de fazer das universidades americanas. Portanto, foi muito diferente de tudo o que existia na altura em Portugal» (Ana Balcão Reis citada em Marçal *et al.*, 2019: 146).

¹² Miguel Bezeza acumulava as funções de docente na FEUNL com uma posição como economista no Banco de Portugal. Em meados dos anos 1980 era já apresentado, no jornal *Semanário*, como um dos rostos neoliberais e futuro ministro das Finanças, um cargo que ocuparia, entre 1991 e 1992, seguido pelo de Governador do Banco de Portugal, entre 1992 e 1993. O seu colega Jorge Braga de Macedo suceder-lhe-ia como ministro das Finanças até 1993. O governo liderado por Aníbal Cavaco Silva, Professor Catedrático da FEUNL e da UCP, entre 1985 e 1995, foi um momento alto da influência política da Nova Economia, que coincidiu com um período de alteração profunda do chamado regime da política económica nacional. Cavaco Silva de resto tinha sido diretor do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, entre 1977 e 1980, e ministro das Finanças, entre 1980 e 1981.

O artigo dava destaque ao problema da balança de pagamentos e às políticas que eram necessárias para o debelar, incluindo o controlo da procura interna, o que implicava, como de resto ficaria cada vez mais claro, o controlo da relação salarial denunciado por Cravinho (1984) e por Manuela Silva (1985).¹³ Este artigo foi de resto um dos vários resultados da cooperação, particularmente intensa entre o final de 1975 e 1977, de um grupo de economistas do MIT com o Banco de Portugal, sob a liderança na altura de José da Silva Lopes,¹⁴ beneficiando de uma relação pessoal desenvolvida com um dos líderes da equipa do MIT, Richard Eckhaus.¹⁵ Os outros líderes informais

¹³ Manuela Silva refere-se explicitamente a um relatório de 1984 do Departamento Central de Planeamento sobre a evolução da situação económica no período de 1977 a 1982, destacando o facto de que «objectivos como a redução da desigualdade na repartição do rendimento e a erradicação da pobreza não figuram explicitamente na política económica e, enquanto efeitos deduzidos das políticas efectivamente seguidas, têm sido um objectivo sempre subordinado à correcção do desequilíbrio externo e, mais raramente, à contenção da inflação» (M. Silva, 1985: 276). Manuela Silva destaca como as transformações que sucederam no período que se segue à Revolução de 1974, com efeitos positivos na valorização do trabalho e na redução das desigualdades, foram neutralizadas pelas medidas adoptadas em 1977 e 1978, referindo ser «essa a leitura que se pode fazer [...] quando da imposição de tectos salariais declaradamente abaixo do nível de inflação, a obrigatoriedade de prolongamento da vigência das Convenções Colectivas e outras medidas tendentes a deixar a inflação agir como meio de corrosão dos rendimentos salariais reais» (M. Silva, 1985: 276).

¹⁴ Durante a ditadura, a carreira do economista José da Silva Lopes ficou marcada pela participação nas negociações para a adesão à EFTA e para o acordo de comércio livre com a CEE. Depois do 25 de Abril de 1974, participou nos quatro primeiros governos provisórios, sendo ministro das Finanças no II e III, cargo que voltou a ocupar também de forma breve no III Governo Constitucional, em 1978. Este economista politicamente ambíguo, combinando uma certa desconfiança keynesiana em relação ao liberalismo económico com uma abordagem relativamente ortodoxa às finanças públicas, ocupou o cargo de Governador do Banco de Portugal nos anos decisivos de 1975 a 1980.

¹⁵ As entrevistas a Teodora Cardoso e a Abel Mateus (Costa, 2019) ilustram bem a importância desta colaboração institucional para a afirmação do grupo de técnicos do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal e para a influência que, neste contexto, assumem no desenho da política económica nacional: «ao longo de 1974/1975 a situação tinha-se tornado dramática ao nível do financiamento do défice externo. O défice tinha aumentado espetacularmente, as reservas de divisas tinham desaparecido. É neste contexto, que o Doutor Silva Lopes chamou uma série de economistas de vários sítios; todos estavam interessadíssimos no nosso caso e o Doutor Silva Lopes aproveitou isso. [E]le era amigo do Eckhaus e o Eckhaus organizou uma equipa para vir trabalhar connosco. A primeira equipa eram só professores, veio o Eckhaus, o Dornbusch e o Lance Taylor; estiveram por cá um tempo, andaram a estudar a nossa economia. Depois desta primeira missão em que vieram os três professores, veio a equipa dos estudantes; estiveram cá durante vários meses, cerca de seis meses. Nesta equipa estava o Paul Krugman, também estava o Kenneth Rogoff» (Teodora Cardoso, citada em Costa, 2019: 113). Abel Mateus refere que foi «extremamente interessante a dinâmica, que foi em grande parte uma contribuição importantíssima do Professor Doutor Silva Lopes,

desta equipa eram os também professores do MIT Rudiger Dornbusch e Lance Taylor.

Miguel Beleza obteria o seu doutoramento em Economia pelo MIT com uma tese intitulada *Credit, Wages and Prices in a Small Open Economy: Portugal*. Ele não estava sozinho no enquadramento da economia portuguesa como pequena economia aberta, nem na aplicação da síntese neoclássica, então dominante no contexto académico norte-americano, ao caso português. No mesmo ano, Jorge Braga de Macedo obteria o seu doutoramento na Universidade de Yale com uma tese de Macroeconomia Financeira Internacional intitulada *Portfolio Diversification and Currency Inconvertibility. Three Essays in International Monetary Economics*, enfatizando a necessidade de reconhecer a interdependência externa em termos de fluxos financeiros e os efeitos perversos da existência de controlos de capitais e da inconvertibilidade cambial na definição de uma política adequada nesta área (Macedo, 1982). Dois anos antes, Manuel Pinto Barbosa doutorava-se, também pela Universidade de Yale, com uma tese intitulada *Growth, Migration and the Balance of Payments in a Small Open Economy: Portugal*. Neste trabalho, que seria publicado em livro nos EUA, em 1984, constrói um modelo de crescimento de equilíbrio-geral de longo prazo, cujos pressupostos principais — reduzida (ou nula) mobilidade de capital e grande mobilidade de mão-de-obra — se destinam a replicar o que considera serem alguns factos estilizados da economia portuguesa, que designa por «pequena economia aberta», confrontada, por um lado, com forte emigração e, por outro, com influxos financeiros sob a forma de remessas (M. P. Barbosa, 1984). Estas três teses indicam um esforço para pensar a economia portuguesa como uma economia naturalmente aberta e com reduzida margem de manobra, o que era um exercício explicitamente descritivo, mas também implicitamente normativo, já que a abertura liberalizadora era considerada desejável.

O verão de 1977, entretanto, tinha sido um período marcado por problemas crescentes de balança de pagamentos e por pressões especulativas sobre o escudo. O grupo do MIT apresentou uma solução: a introdução de uma política cambial assente na desvalorização deslizante (*crawling peg*) do escudo

de trazer pessoas do estrangeiro, que viessem ajudar no aconselhamento das políticas económicas» (Abel Mateus, citado em Costa, 2019: 113). Teodora Cardoso foi diretora do Departamento de Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal entre 1985 e 1990, tendo sido, de 2008 a 2012, membro do seu Conselho de Administração. Abel Mateus foi técnico superior do DEE no período 1978–1981. Foi membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 1992 a 1998 e consultor deste órgão de 1998 a 2003. Teve funções como economista sénior do Banco Mundial entre 1981 e 1992, foi consultor no Banco Mundial e no FMI no período entre 1998 e 2003 e é professor na FEUNL.

(Costa, 2019). Como Macedo (2008: 208) recordaria mais tarde, «os conselheiros do MIT chegaram e resolveram rapidamente um problema económico (como paraquedistas, para usar o jargão militar)». Esta política cambial foi implementada, através de um compromisso claro do Banco de Portugal com uma desvalorização pré-anunciada de 1,1% ao mês, precedida de uma desvalorização inicial de 4% (Dornbusch, 1981). A solução incluía um aumento da taxa de juro de referência para prevenir a saída especulativa de capitais. Estas políticas prepararam o terreno para a intervenção do FMI, em 1978 (Costa, 2019).

A articulação entre os economistas académicos portugueses do eixo FEUNL-UCP, o Banco de Portugal e o grupo do MIT seria influente na fixação de um léxico comum e na adoção de práticas e políticas que se desenhariam como propiciadoras de um agilizar das negociações com o FMI. Esta articulação seria ainda influente na criação de bases de legitimação das «novas» ideias económicas e das políticas que lhes estavam associadas. O debate desenrolar-se-ia em vários espaços em simultâneo. No espaço da tomada de decisão política, a influência do grupo de técnicos do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal foi muito importante. A fluidez de posições que estes economistas ocupariam em diversas instituições internacionais, como o FMI ou o Banco Mundial, a par, por vezes, de uma intervenção política direta, seria muito grande.

Anos mais tarde, num contexto em que as dificuldades de balança de pagamentos ressurgiriam e em que ocorreria a segunda intervenção do FMI (1983–1985), Silva Lopes identifica os termos do debate que teriam marcado a primeira intervenção do Fundo, na segunda metade dos anos 1970, bem como a natureza particular das circunstâncias que então estiveram subjacentes à política de desvalorização do escudo e que teriam sido determinantes no seu sucesso. Silva Lopes reconhece que não obstante a política de «desvalorização cambial e de aumentos das taxas de juro» ter sido adotada «antes das negociações do programa do FMI», «quando a desvalorização deslizando foi introduzida em Agosto de 1977», o programa de ajustamento do FMI «requeriu desvalorizações adicionais mais rápidas e taxas de juro mais altas» (Lopes, 1982: 148).¹⁶

¹⁶ O programa do FMI acabaria por fazer elevar a taxa de desvalorização mensal para 1,25%, antecipada por uma nova desvalorização de cerca de 7% (Lopes, 1982: 149).

A eficácia da política de desvalorização do escudo teria para Silva Lopes dependido de uma combinação de circunstâncias muito particulares, que consideraria como única, em particular:

a aceitação pelos sindicatos de grandes reduções nos salários reais; a resposta rápida das exportações de bens e de turismo à política cambial, dada a grande proporção de capacidade produtiva não utilizada no sector exportador e os grandes montantes de remessas de emigrantes, que só aguardavam a existência de melhores condições para serem transferidas para Portugal. (Lopes, 1982: 148)

Neste artigo da revista *Estudos de Economia*, de 1982, Silva Lopes identificava retrospectivamente o impacto recessivo que as medidas de desvalorização cambial e de controlo salarial tiveram. A forte compressão da procura interna acabaria por ser compensada por um crescimento muito favorável das exportações.¹⁷

A política de desvalorização do escudo iniciada antes do programa de resgate do FMI e aprofundada por este viria a ser acompanhada, sob a égide daquele programa, por uma redução em 30% da sobretaxa às importações de produtos concorrentes de produção doméstica, que tinha sido lançada em 1975, por um compromisso de reduzir as quotas às importações e pela proibição de introduzir novas restrições às importações e de intensificar as existentes (Lopes, 1982). A possibilidade de uma política de restrições às importações como resposta aos problemas de balança de pagamentos teria, para Lopes (1982), a oposição das organizações internacionais, decorrendo da condicionalidade imposta pelo programa de estabilização do FMI e da participação de Portugal na EFTA e na CEE. Tal política de restrição seria sempre vista como um recuo em relação ao objetivo de abrir a economia e de aprofundar o processo de integração europeia da economia portuguesa.

As posições em confronto foram definidas por Lopes (1982) do seguinte modo: por um lado, aqueles que consideravam que a desvalorização cambial e a compressão da procura interna constituiriam a forma mais adequada de fazer face aos problemas de balança de pagamentos e de provocar uma deslocação do motor de crescimento da procura interna para a procura externa;

¹⁷ Silva Lopes assinalaria, retrospectivamente, um crescimento do PIB de 3,4%, em 1978, e de 4,5%, em 1979 (Lopes 1982: 152).

por outro, os que davam primazia à proteção do mercado interno, vendo na restrição às importações uma forma mais adequada de deslocar a procura de produtos importados para produção doméstica e de fazer face às incoerências do sistema produtivo nacional.

Não fora só em Portugal que o tempo para estes debates sistémicos, que se desenrolaram durante os anos 1970 em resposta a um contexto de grande turbulência económica, se parecia fechar em meados dos anos 1980. A referência explícita de Lopes (1982) às propostas do Grupo de Política Económica de Cambridge (Cambridge Economic Policy Group) como tendo constituído uma influência para os economistas portugueses que defendiam uma política restritiva das importações é bem sugestiva. Em primeiro lugar, indica a natureza recorrente do debate sobre as possíveis trajetórias de desenvolvimento da economia, que em Portugal assumiria uma natureza tardia e marcada pelo posicionamento semiperiférico do país, tendendo a renovar-se particularmente em contextos de crise e de maior instabilidade económica e financeira. Em segundo lugar, sugere que o debate em Portugal estaria sobredeterminado pela revolução democrática do 25 de Abril de 1974, assumindo posições contrastantes pela oposição que se gera entre economistas desenvolvimentistas, com simpatias socialistas, e economistas neoclássicos, com simpatias neoliberais.

Contrariamente, o debate britânico que se trava entre o Tesouro e o Grupo de Política Económica de Cambridge desenrolar-se-ia sob a influência ainda clara das ideias keynesianas, se bem que a acomodação de condições que refletissem a existência de regimes de câmbio flexíveis e de mobilidade de capitais conduzisse a implicações paradoxais.¹⁸ O debate britânico incidia então sobre o alcance e a eficácia da política orçamental, quando confrontada com imperativos de equilíbrio das contas externas e de pleno emprego.

¹⁸ A contenda britânica reúne do lado do Grupo de Política Económica de Cambridge figuras como Wynne Godley, Francis Cripps, Nicholas Kaldor e Robert Neild, que, com o governo trabalhista de 1974, assumem posições de consultores de vários ministérios e secretarias de Estado, num contexto de crescendo da turbulência económica internacional e em que a economia britânica enfrenta dificuldades de balança de pagamentos (Maloney, 2012; Mata, 2012). Note-se que alguns destes economistas assumiriam posições como funcionários do Tesouro. Em janeiro de 1974, dois daqueles economistas, Godley e Cripps, publicam um artigo no *London and Cambridge Economic Bulletin* assinalando que a principal fonte de instabilidade para a economia proviria da política monetária e orçamental e que o resultado da política orçamental em termos de um aumento do défice público seria o agravamento do desequilíbrio das contas externas. Este artigo é seguido por uma participação de Neild no jornal *Times*, em fevereiro de 1974, com o título «Reversing Keynes on budgetary policy» (Mata, 2012).

A perspetiva do Grupo de Política Económica de Cambridge, ancorada na determinação de uma «nova equação» que definia uma relação estável entre as variações do rendimento disponível e do *stock* de ativos do setor privado e o saldo da balança de transações correntes, em termos da diferença dos saldos das posições dos setores privado e público, seria bastante negativa quanto à eficácia da política orçamental na conciliação daqueles objetivos de política (Maloney, 2012). Ao invés, o Tesouro manter-se-ia favorável à ação discricionária da política orçamental no curto prazo e crítico da relação entre déficit público e saldo da balança de transações correntes.

Para os economistas do Grupo de Política Económica de Cambridge, a superação do *trade-off* entre equilíbrio externo e interno requereria então a mobilização de outros instrumentos de política económica, em particular, a desvalorização da moeda e/ou a imposição de quotas e tarifas às importações. O diagnóstico seria, no entanto, bastante cético quanto à eficácia de novas e mais acentuadas desvalorizações da libra esterlina: a existência de um diferencial das elasticidades-rendimento da procura externa de exportações britânicas e da procura britânica de importações seria desfavorável para o Reino Unido e, por sua vez, considerava-se que o ganho de competitividade-preço obtido por intermédio da desvalorização acabaria por ser absorvido em virtude da reação de trabalhadores e sindicatos à perda de salário real.

Maloney (2012) assinala as incertezas e hesitações, dos anos de 1974 e 1975, que se fizeram sentir entre funcionários do Tesouro e membros do Grupo de Política Económica de Cambridge previamente à adoção, em dezembro de 1975, de quotas a algumas das importações britânicas (designadamente, aos têxteis espanhóis e portugueses). O ceticismo destes últimos economistas em relação a uma política de desvalorização cambial seria renovado com base no argumento, então avançado por Nicholas Kaldor e que Maloney (2012) destacaria, de que «não constituindo uma opção útil uma nova desvalorização, a balança de pagamentos mantém-se como uma barreira ao pleno emprego até que a indústria seja modernizada». Mas isso exigiria em si mesmo «importações alargadas de máquinas de um tipo que, no momento, não somos capazes de produzir internamente». Por conseguinte, havia «mais uma razão para restringir as importações não essenciais, dando espaço para as essenciais» (Kaldor citado em Maloney, 2012: 1012). A concordância de Godley é evidente quando afirma que «não existe nenhuma taxa de câmbio que resolva os nossos problemas» (Godley citado em Maloney, 2012: 1012). Na primavera de 1976, a libra esterlina volta a registar nova quebra nos mercados cambiais,

precipitando a intervenção do FMI. Como parte do resgate do FMI, a política de restrição às importações seria revertida.¹⁹

A comparação com o caso inglês sugere que o debate nacional poderia conter mais *nuances* do que aquelas que seriam reconhecidas por Silva Lopes (1982): o estado de desenvolvimento da indústria portuguesa e das condições em que operava permaneciam como questões por resolver, sobretudo quando o acentuar dos problemas de balança de pagamentos e a ênfase sobre a abertura da economia lhes parecem oferecer alguma invisibilidade. Sobre estas questões, Manuela Silva assinala que a desvalorização do escudo teria ido para além

de cobrir as diferenças de inflação em Portugal e nos principais parceiros [...], dando lugar a um fluxo de rendimento suplementar em direção aos clientes de produtos portugueses no estrangeiro e a uma repartição interna desigual que apenas beneficia o setor exportador [e deixando de ser uma opção útil]. (M. Silva, 1985: 273)

Acresce que o decréscimo das remunerações do trabalho no rendimento nacional, sobretudo a partir de 1977, «não implicou posição inversa na evolução dos lucros» (M. Silva, 1985: 271). Ter-se-ia observado antes um aumento da parcela respeitante aos encargos financeiros, indicando «um processo distributivo caracterizado por fortíssima absorção do rendimento gerado no sistema económico por parte dos agentes financeiros» (1985: 271).

O desaparecimento destes debates sistémicos na economia, tanto do espaço académico, como do espaço público, em meados dos anos 1980, em países tão diferentes quanto Portugal e o Reino Unido, sugere a força das condições externas que terão incitado diversos elementos internos. A crise financeira e económica internacional e as intervenções do FMI terão sido então condições preponderantes.

¹⁹ Os arquivos disponíveis ([https://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/imf-crisis.htm#The%20\\$3.9%20billion%20loan](https://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/imf-crisis.htm#The%20$3.9%20billion%20loan)) possibilitam uma perspetiva das negociações entre a equipa de missão do FMI e o governo britânico, bem como da própria divergência de posições dentro do governo. Neste contexto, Anthony Benn, secretário de Estado para a Energia, dá conta, num Memorando de 29 de novembro de 1976, da sua defesa de uma Estratégia Alternativa que passaria por quotas às importações de bens industriais, controle de capitais, diminuição da taxa de juro e planeamento de modo a conduzir o investimento para áreas prioritárias de interesse nacional. A estratégia nunca seria implementada na sua totalidade. Em 1982, é cortado o financiamento ao Grupo de Política Económica de Cambridge pelo Conselho de Investigação Económica e Social; em dezembro de 1982, saíria o último número da sua revista *Cambridge Economic Policy Review*.

A articulação, já referida, entre os economistas académicos portugueses do eixo FEUNL-UCP, o Banco de Portugal e o grupo do MIT, bem como outros economistas estrangeiros, esteve bem patente em dois momentos importantes de debate internacional entre economistas sobre Portugal: a primeira e a segunda conferência internacional sobre a economia portuguesa, ambas realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, em 1976 e em 1979, com o significativo apoio do German Marshall Fund of the United States.

A primeira conferência foi dominada pelos economistas do MIT, que fizeram as apresentações mais importantes, incluindo a do já referido modelo macroeconómico. Os líderes informais deste grupo, Rudiger Dornbusch, Richard Eckaus e Lance Taylor, apresentaram o seu estudo.²⁰ Tratava-se de uma perspetiva macroeconómica convencional de economia aberta, na linha da síntese neoclássica canonizada precisamente por instituições como o MIT, politicamente cautelosa, embora naturalmente antissocialista. Dornbusch *et al.*, analisando as «condições macroeconómicas de Portugal», num contexto de «transformações internacionais de tal modo profundas que muitos falam de uma “nova ordem internacional”» (1979: 300), concluíam o seguinte: «para um país que passou por uma reforma social, uma grande mudança na sua posição comercial internacional e seis governos revolucionários em dezanove meses, Portugal exhibe uma inesperada boa saúde económica» (1979: 301).

Apesar de terem já uma posição minoritária, refletindo a correlação de forças da altura, os economistas que acreditavam que a economia deveria ser reconstruída através do socialismo, como Mário Murteira, Francisco Pereira de Moura e João Cravinho, tiveram ainda oportunidade de intervir na primeira conferência. Por exemplo, Moura (1977b) denunciou a natureza desta iniciativa, apresentando-a como uma intervenção imperialista no campo das ideias, como uma forma de justificar políticas de reversão das conquistas salariais associadas à revolução democrática. Pelo mesmo diapasão alinhava um editorial não assinado na *Economia e Socialismo*, argumentando que a tal conferência tinha tido

um peso muito elevado de economistas portugueses e estrangeiros de direita, veiculando as posições tradicionais dos curativos keynesianos, necessariamente numa perspectiva de recuperação e reforço dos

²⁰ Este trabalho seria republicado como capítulo do livro *Contemporary Portugal* para o qual Mário Murteira também contribuiu, como atrás se viu.

mecanismos de mercado e das estruturas e lógicas capitalistas, adicionado ao peso do «prestígio» internacional de alguns dos visitantes, que posições de classe e um certo provincianismo português aumenta desmesuradamente. (*Economia e Socialismo*, 1976b: 2)

A principal mensagem da conferência, ainda de acordo com o referido editorial, consistia num apelo à desvalorização do escudo e à adesão à CEE. Num desenvolvimento do mesmo diagnóstico, em artigo também não assinado no mesmo número da *Economia e Socialismo*, o economista britânico Stuart Holland, um dos principais arquitetos da chamada «estratégia económica alternativa» do Partido Trabalhista, era elogiado como uma rara voz socialista na conferência, em linha com as propostas desta revista, ao mesmo tempo que várias intervenções de Alfredo de Sousa apelando ao poder político para que levasse a sério as propostas da conferência assinalavam a sua orientação ideológica geral (*Economia e Socialismo*, 1976c: 39–41). As fronteiras do antagonismo político entre economistas eram tão claras quanto sistémicas naqueles tempos.

No lado oposto do espectro intelectual e político, os diretores da *Economia* — Manuel Jacinto Nunes (o único do ISE), Alfredo de Sousa, José A. Girão e Aníbal Cavaco Silva — e o seu Secretário Executivo — Jorge Braga de Macedo — redigiram no seu primeiro número uma extensa análise da mesma conferência, defendendo que esta tinha sido marcada por um «conflito latente entre grupos», com diagnósticos e prescrições muito distintas (Nunes *et al.* 1977: 155). O seu diagnóstico era claro: «a economia portuguesa não é viável mantendo-se a política de 1975» (1977: 159). Portugal carecia, segundo eles, de um plano que tinha de ser encontrado «nem que seja por tacteamento» (1977: 174). Seria um plano para assegurar o «desplaneamento», isto para retomar a expressão acima mencionada de Cravinho.

Na segunda conferência internacional, realizada em 1979, o pluralismo relativo da primeira tinha sido em grande parte eliminado e o plano para acabar com o plano era já mais claro. O domínio da Nova Economia, intelectualmente nascida nos EUA, era aí quase total, sendo que a sombra da intervenção do FMI no ano anterior ajudou certamente nisto. Por exemplo, Manuel Pinto Barbosa e Miguel Beleza apresentaram uma comunicação centrada nos desequilíbrios externos nacionais entre 1975 e 1978, comentada por Rudiger Dornbusch, que havia feito parte do Grupo do MIT e que tanta influência estava a ter no desenho da política cambial de desvalorização deslizante desde 1977. Esta comunicação ocorreu pouco mais de um ano depois da

formalização do programa de estabilização acordado entre o governo português e o FMI, declarando os autores que «o programa de austeridade tem estado sob forte ataque, a maior parte do qual não está ancorado em argumentos válidos» (M. P. Barbosa e Beleza, 1980: 47). Concordando com o programa, que consideram a única forma de fazer com que as autoridades enfrentem «a batata quente» dos défices da balança de pagamentos, através de uma estratégia de contração do crédito e de redução da despesa pública, e logo dos salários, sugerem que o inevitável custo na economia real do ajustamento poderia ser atenuado. Para tal, tratar-se-ia de complementar o enfoque na redução do défice externo corrente por melhorias na conta de capital, aprofundando elementos já em curso: estabilidade política e cambial para aumentar a confiança dos investidores, aumento das taxas de juro e aprofundamento de «medidas institucionais tendentes a criar as condições para o aparecimento de mercados de capital e financeiros internos» (1980: 47) inseridos nos circuitos internacionais.²¹ Abrir a economia era o objetivo e a liberalização financeira era o meio. A financeirização do capitalismo em Portugal teve certamente o contributo destes economistas, na medida em que foram responsáveis pela hegemonia intelectual com impacto institucional favorecida pela circulação entre a academia e os círculos do poder político (Rodrigues *et. al.*, 2016).

Antes mesmo de apresentarem a sua comunicação na Gulbenkian, Manuel Pinto Barbosa e Miguel Beleza tinham-na já apresentado no segundo encontro de New Hampshire, realizado nesse mesmo ano na Universidade de Yale, sob os auspícios de Jorge Braga de Macedo, que era então aí «Leitor» no Departamento de Economia. Tratava-se do segundo encontro da área interdisciplinar de estudos portugueses, desta vez mais dedicado à economia portuguesa, e que refletia o interesse pela experiência portuguesa nesta época: «assistiu-se nos últimos anos ao florescer de estudos, encontros e conferências internacionais acerca do nosso país» (Macedo, 1979: 421). Jorge Braga de Macedo é muito claro num dos propósitos do painel sobre economia portuguesa, cujos textos seriam publicados na revista *Economia*, a maioria em inglês: contrariar as «doutrinas “dependentistas”» sobre a economia portuguesa divulgadas no estrangeiro, entre outros, por Mário Murteira.

²¹ No seu comentário, Dornbusch (1980) declara: «tenho poucas razões para partilhar o que no artigo parece ser um entusiasmo por políticas monetárias e orçamentais restritivas, mas reconheço que posso estar a ir demasiado longe na interpretação do artigo» (1980: 67). Dornbusch (1980: 68–69) afirma preferir neste contexto «políticas *ad hoc*» temporárias, como restrições às importações e subsídios às exportações, mas tal opção era precisamente contrária às intenções implicitamente liberalizadoras da Nova Economia emergente.

As correntes de economia política de pendor socialista eram claramente o adversário intelectual. Na síntese que faz do artigo de Manuel Pinto Barbosa e de Miguel Beleza, Braga de Macedo oferece um bom resumo da forma como a Nova Economia encarava o seu trabalho: «os autores demonstram convincentemente tanto a força dos incentivos económicos como a necessidade de políticas económicas que, tendo-os em conta, saibam coordenar a racionalidade económica individual para um objectivo socialmente desejável, dentro das oportunidades que aquelas tornam viáveis» (Macedo, 1979: 424–425). As políticas económicas teriam de criar mercados e de lhes ser, em simultâneo, conformes.

Um dos contributos para o encontro de Yale foi uma comunicação transformada em artigo, da autoria de Paul Krugman e Jorge Braga de Macedo, sobre «as consequências económicas da revolução do 25 de Abril» (Krugman e Macedo, 1979). Este artigo é paradigmático, na medida em que exhibe uma combinação da síntese neoclássica com prescrições liberalizadoras. O ponto de partida epistemológico e metodológico é claro:

Nos últimos anos, uma combinação única de drásticos choques internos e externos transformou Portugal num campo para testar teorias económicas e sociais. Mas o campo é perigoso; as nações não são laboratórios, onde os diferentes fatores podem ser estudados de forma isolada. Se há lições que podem ser aprendidas da experiência portuguesa, estas têm de se basear numa grelha teórica que permita distinguir acontecimentos onde diferentes forças operaram em simultâneo. (Krugman e Macedo, 1979: 455)

Neste quadro analítico, a questão de política — «o que pode ser aprendido com a experiência portuguesa» — era clara: «existem limites apertados ao que é possível alcançar quando se pretende redistribuir numa economia de mercado», particularmente através de aumentos salariais, dado que estes causaram «uma crise de balança de pagamentos crítica» (Krugman e Macedo, 1979: 481). O ajustamento «doloroso» que era necessário efetuar através da política económica estava inscrito na «lógica de uma pequena economia aberta» (1979: 481). A descrição e a prescrição estavam entrelaçadas. Em última instância, o problema era, uma vez mais, que a economia portuguesa estava num pântano institucional — «uma economia de mercado politizada»: o «dilema» de uma economia deste tipo só podia «ser eliminado através de um caminho rumo a uma economia totalmente planificada», mas tal «teria

consequências económicas e políticas ainda piores» (Krugman e Macedo, 1979: 482). O que aqui se jogava implicitamente era a crítica austríaca à planificação socialista, o pano de fundo da visão do mundo neoliberal no que ao debate sistémico dizia respeito. O próprio Macedo (1977) já tinha sentido a necessidade de aludir ao debate entre Friedrich Hayek e Oskar Lange, dada a existência de fortes posições socialistas entre os economistas portugueses nos anos 1970.

A solução passava então por transitar para uma «economia de mercado» pretensamente despolitizada. Para o fazer, seria necessário eliminar os obstáculos que permaneciam na Constituição (Macedo, 1983). Despolitizar a economia exigia mudar as instituições e as regras do jogo que as enquadravam com a ajuda da Nova Economia, que se apresentava como ciência positiva.

Nos anos 1980, os economistas da FEUNL continuaram a pressionar intelectualmente, com crescente sucesso público, a favor da operação da «mão invisível». A ideia enganadoramente simples de Adam Smith era o título de uma coluna regular no jornal *Semanário*, que durou de 24 de novembro de 1983 até 15 de julho de 1989, num total de 138 artigos escritos por 13 economistas, todos ligados à FEUNL, onde se propunham políticas para mudar a mão visível do Estado, da desregulamentação da legislação laboral à liberalização das rendas. Como afirmou Beleza na sua primeira coluna: «a liberalização é um imperativo de eficiência e de equidade», mas «é impensável o *laissez-faire* total» (1985: 31). Como é constantemente sublinhado na literatura sobre o neoliberalismo, esta visão procurou superar precisamente os simplismos associados ao *laissez-faire* (Mirowski, 2009).

Esta coluna é um exemplo de projeção pública da Nova Economia num jornal dirigido por Vítor Cunha Rego e que integrava figuras como José Miguel Júdice ou Marcelo Rebelo de Sousa, de quem aliás terá partido o convite.²² Em 1984, em pleno segundo programa de ajustamento com o FMI e pouco antes da entrada na CEE, António S. Pinto Barbosa sintetizaria na perfeição a teoria da escolha pública e a análise económica da Constituição, tributárias dos trabalhos pioneiros do seu orientador de doutoramento, James Buchanan. Tratava-se de aplicar a Portugal a crescentemente influente

²² Numa breve, mas sugestiva, história cultural e política dos anos 1980, o historiador António Araújo refere a coluna «A Mão Invisível» como um exemplo da «difusão do pensamento económico liberal ou neoliberal de uma geração que, de Jorge Braga de Macedo a Diogo Lucena, passando por António Borges ou pelos irmãos Pinto Barbosa, possuía ligações académicas aos Estados Unidos ou ao INSEAD de Fontainebleau e que começou um processo de internacionalização universitária “em rede” que era relativamente inédito na academia portuguesa» (Araújo, 2016: 11).

combinação de imperialismo económico, ou seja, de expansão da caixa de ferramentas neoclássica para a análise do fenómeno político-institucional, com neoliberalismo, ou seja, com a transformação deliberada da política ao serviço de um certo tipo de economia capitalista, expurgada de concessões ditas coletivistas, através da blindagem constitucional. De facto, António S. Pinto Barbosa propunha, de forma absolutamente clara, mudanças constitucionais radicais em Portugal, antecipando muitas das tendências que se efetivariam, de várias formas institucionais, no futuro dos crescentemente imbricados planos interno e externo, nacional e europeu, valendo por isso a pena citá-lo longamente:

Muito se tem falado das excessivas restrições que a presente Constituição vem impondo à nossa actividade económica. Pouco ou nada se tem dito, todavia, sobre a ideia que o texto constitucional possa nessa mesma matéria pecar simultaneamente por omissão. Isto é, por não incluir suficiente disciplina normativa. Refiro-me concretamente à protecção que se afigura devida ao cidadão contra a irresponsabilidade financeira do Estado. Quem de facto observar o descontrolo no crescimento do sector público da nossa economia e, sobretudo, quem atentar na forma de tributação disfarçada (financiamento monetário e recurso ao crédito) que lhe tem estado tipicamente associada, poderá com legitimidade interrogar-se sobre a possibilidade de existência de uma lacuna grave nesta matéria [...]. Os ciclos quer político-eleitorais quer de miopia fiscal e outras manifestações de conjunturalismo constituem a regra mais do que a excepção. E não surpreende que assim seja pois que reflectem a reacção natural dos governantes à estrutura de estímulos e penalizações que como tais defrontam [...]. O instrumento constitucional ou uma lei-quadro para a qual remeta, se bem estruturado pode aqui oferecer maior protecção. Só alterável por maioria qualificada não estaria em princípio tão facilmente à mercê do impulso de curto prazo. Poderá nessa medida trazer um contributo significativo à sociedade civil e à confiança dos agentes económicos no regime. Por exemplo se criar adequadas limitações ao financiamento monetário dos défices, se acautelar devidamente a independência do banco emissor [...]. Em suma, muito se ganharia se Ulisses, reconhecendo uma vez por todas o poder sedutor do canto das sereias, agisse em conformidade. (Barbosa, 1985: 9–10)

Conjuntamente com Jorge Braga de Macedo, António S. Pinto Barbosa seria um dos contribuidores mais prolíferos para esta coluna. O ano em que esta coluna terminou foi por coincidência o ano de grandes transformações globais que levariam à convicção de que a História teria terminado; o ano em que o socialismo desapareceu institucionalmente também da Constituição portuguesa, mas também o ano em que o chamado Relatório Delors apontava o caminho para a União Económica e Monetária, que realizaria muitos dos desejos da Nova Economia (Rodrigues, 2018).

Tendo participado em vários estudos coletivos realizados no âmbito do Gabinete de Análise Económica (GANEC), criado no âmbito da FEUNL em 1979, para entidades públicas ao longo dos anos 1980, António S. Pinto Barbosa considera que o estudo *O Impacto do Euro na Economia Portuguesa*, por si coordenado, foi um dos mais importantes, traduzindo o reconhecimento granjeado pelo Gabinete e pela FEUNL (Rodrigues, 2019).²³ «Encomendado pelo ministro das finanças, Prof. Dr. António de Sousa Franco», o estudo «considera como aposta fundamentada a decisão tomada a favor da participação do país no processo de unificação monetária», como escreve António S. Pinto Barbosa no prefácio, a única parte do livro com autoria individual identificada:

Uma aposta, porque, respeitando ao futuro, ela terá de comportar sempre e em qualquer caso um elemento irreduzível de incerteza. Fundamentada porque, no juízo dos autores, se for garantido o prosseguimento de políticas adequadas, o balanço global que retiram da análise pende claramente para o lado positivo. (A. S. P. Barbosa, 1998: 17)

O que no livro se identifica como «uma mudança de regime económico», consubstanciada num conjunto de novas «regras do jogo», aprofundava a lógica de mudança institucional aberta pela revisão constitucional de 1989 e pelas transformações subsequentes. No fundo, as ideias sobre a correta constituição económica, e sobre a redução da discricionariedade dos poderes

²³ Além de António S. Pinto Barbosa, seu coordenador, os economistas que participam no livro são António Nogueira Leite, também professor catedrático da FEUNL; Vítor Gaspar, na altura professor associado convidado da FEUNL e um dos seus doutorados; dois investigadores do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, com formação na FEUNL, Marta Abreu e Nuno Gaspar; Miguel Gouveia, professor auxiliar da Universidade Católica; e Miguel St. Aubyn, professor auxiliar do ISEG-UTL. Participam também um sociólogo, António Barreto, e uma demógrafa, Maria João Valente Rosa.

públicos, que economistas como António S. Pinto Barbosa vinham defendendo desde os anos 1980, tinham no final dos anos 1990 toda a influência político-institucional. Era claro então quais os economistas que tinham ganho.

3. A economia política de Cavaco Silva

Um ano antes do estudo coordenado por António Soares Pinto Barbosa, que nunca teve participação político-partidária direta, um outro Professor Catedrático da FEUNL, e também da UCP, chamado Aníbal Cavaco Silva (1997) publicava um livro intitulado *Portugal e a Moeda Única*. Se Margaret Thatcher reconheceu no Reino Unido que Tony Blair tinha sido o seu maior triunfo, Cavaco Silva, a sua versão portuguesa, fez aí o mesmo, nos termos de uma cultura de economia política que ia para lá do keynesianismo da síntese que expôs nos seus manuais de política orçamental (por exemplo, A. C. Silva, 1977a):

A mudança de Governo, em Novembro de 1995, não perturbou a paridade do Escudo, pois a preferência pela estabilidade nominal tinha sido já assumida pelo partido vencedor [PS] e a perspectiva de continuidade da política económica nas suas linhas fundamentais já tinha sido antecipada pelo mercado. (A. C. Silva, 1997: 75)

A política económica era agora assumidamente antikeynesiana, dados os constrangimentos monetários supranacionais em construção.

Para Cavaco Silva, não havia alternativa às *Reformas da Década*, título de um outro livro publicado dois anos antes e relevante para a compreensão das «13 grandes reformas» realizadas pelos seus Governos, em contraste com «os excessos e desvarios do período revolucionário» (A. C. Silva, 1995: 9). Vistas de forma explicitamente articulada «pela sua incidência sobre as relações de fundo da economia e da sociedade portuguesas», estas reformas «constituíram um projecto coerente e global de modernização» (A. C. Silva, 1995: 10). Este projeto neoliberal, embutido numa narrativa de modernização, tinha, como sempre, uma dimensão negativa: com as reformas, «o colectivismo e a estatização instalados em 1975 começaram a ser destruídos», da reforma agrária, desadequada face à realidade da Política Agrícola Comum, às privatizações na indústria e nos serviços; e outra positiva: criar um «clima de confiança» e de «racionalidade económica», alinhando a economia política portuguesa com «o quadro da economia aberta e concorrencial que caracteriza a Europa comunitária». Isto implicava, entre muitas outras dimensões,

alterar os direitos e as obrigações na relação social de fundo da economia, a laboral, aumentando de forma explícita a liberdade patronal e correlativamente atenuando «o proteccionismo exacerbado em prol do trabalhador por conta de outrem» (A. C. Silva, 1995: 65). Não por acaso, e como confessaria nas suas memórias, esta foi a questão que mais dores de cabeça lhe deu (A. C. Silva, 2004).

As reformas privatizadoras e liberalizadoras elencadas por Cavaco Silva, direta ou indiretamente favoráveis às forças de mercado, vão desde a comunicação social (a abertura de canais de televisão privados) até à habitação (a promoção da compra de casa própria e o reforço do poder dos senhorios na relação com os inquilinos). Cada um dos capítulos do livro sobre as reformas é acompanhado por uma lista de alguma da legislação envolvida nas transformações institucionais engendradas. Este último detalhe serve para sublinhar como o neoliberalismo é sempre um intervencionismo jurídico-político, e também por isso não pode dispensar o Estado, sendo aliás pensado desta forma desde a origem, como se viu.

Para lá das mexidas na legislação laboral ou da reforma fiscal, dita modernizadora, mas fiscalmente regressiva, dada a flagrante discriminação a favor dos rendimentos do capital em sede de IRS ou o aumento do peso dos impostos sobre o consumo, o poder do capital foi reforçado por «grandes reformas» que implicaram profundas alterações nas relações sociais de propriedade. Por sua vez, tais mudanças implicaram alterações de monta na Constituição, precedidas de um aturado trabalho legislativo de erosão do estatuto e alcance da forma empresarial estatal, com o controlo integral de setores considerados estratégicos que lhe esteve associada.

Mais do que qualquer outra mudança, a revisão constitucional de 1989 foi de facto fundamental, sendo complementada com a revisão extraordinária de 1992, associada ao processo de ratificação do Tratado criador da UE. Apesar de muito crítico do Partido Socialista, sistematicamente descrito como força de bloqueio conservadora, a verdade é que Cavaco Silva teve de ter o concurso ativo da elite desse partido para processos de revisão que mudaram a natureza político-ideológica da nossa constituição económica, afastando-a da matriz de economia mista que era a sua. Isso mesmo é reconhecido na sua autobiografia política. Aí, Cavaco Silva elogia Vítor Constâncio, fugaz secretário-geral do PS, entre 1986 e 1988, dado que foi com ele, em grande medida à margem da Assembleia da República, que foi negociada uma revisão constitucional respeitada pelo novo secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, em 1989. Como assinala Cavaco Silva (2002: 149–150), Constâncio, que

«tinha um perfil tecnocrático e racional e uma formação semelhante à minha», «deu um contributo decisivo para a construção de um Portugal moderno ao negociar comigo a revisão constitucional de 1989».²⁴

Neste quadro, reforça-se um confiante argumentário neoliberal mobilizado para justificar a abertura de setores inteiros, bem como a reconstrução de grupos económicos privados, primeiro nacionais, mas crescentemente controlados por capital estrangeiro. Como sempre, este argumentário tinha uma dimensão negativa, orientada para o passado: as empresas públicas seriam persistentemente deficitárias e ineficientes, não tendo os incentivos certos, uma vez que acabariam por depender sempre do Orçamento do Estado e de outras formas de proteção antimerchantis, e não haveria o acicate da propriedade privada, da pressão dos acionistas e do lucro em setores idealmente concorrenciais, constituindo um bloqueio à convergência económica. E uma dimensão positiva, orientada para um futuro liderado pela iniciativa privada num quadro aberto, em que as receitas das privatizações serviriam para reduzir a dívida pública (Mello e Lucena, 1990).

Cavaco Silva não deixa de sublinhar neste contexto, em linha com a prática teórica neoliberal, que o Estado deveria estar «basicamente confinado à regulação, enquadramento e garantia do interesse colectivo» (A. C. Silva, 1995: 133). Esse vago interesse seria garantido pelos mecanismos de mercado policiados por autoridades regulatórias independentes. O Estado poderia então ser deliberadamente esvaziado de competências, de resto nunca verdadeiramente exercidas de forma consistente, ao arrepio do desiderato

²⁴ O economista Vítor Constâncio construiria um percurso entre as instituições públicas, incluindo académicas, e a banca privada, que ajudou a desenvolver, culminando na ascensão ao cargo de Vice-Governador do BCE, depois de uma longa e controversa passagem pelo cargo de Governador do Banco de Portugal, que de resto já havia ocupado em 1985, sucedendo por um breve período a Jacinto Nunes. Por comparação com Cavaco Silva, Constâncio não merece mais do que uma nota de rodapé, simbolizando a colonização do PS pelas hipóteses neoliberais. A brevidade da sua passagem pela liderança deste partido é atribuída por Cavaco Silva a um perfil redundante em relação ao seu, à falta de apoio por parte do aparelho partidário, dividido, ao contrário do que acontecia no PSD, e à sua falta de competência para a política de massas, ao contrário da rápida aprendizagem de Cavaco Silva, desde a ascensão, meticulosamente preparada, à liderança do PSD em 1985. Seja como for, Constâncio continuou a ser influente nos círculos económicos (A. C. Silva, 2002). No final dos anos 1990, e em linha com a sabedoria convencional, aventava que a «Europa, com o impulso da criação bem-sucedida do euro, vai continuar a crescer significativamente» (Constâncio, 1999: 60). Nas vésperas da Grande Crise Financeira, iniciada em 2008, garantia que os desequilíbrios externos nacionais, num contexto já de estagnação prolongada no novo milénio, haviam deixado de ser relevantes desde a adoção do euro, sendo geridos por mecanismos de mercado. Portugal, desse ponto de vista, seria equivalente a uma região de um país (Constâncio, 2008).

constitucional, em matéria de planeamento e dos instrumentos de política associados, inclusive em termos de propriedade, rodeando-se daí em diante cada vez mais do conhecimento interessado, produzido por consultoras privadas ou por grandes escritórios de advocacia, parte de uma nebulosa institucional que reconfiguraria a ação público-privada. Em linha com um tipo de linguagem comum numa ideologia — onde muitas vezes se defende o progresso pelo progresso, como se este fosse livre de investimentos político-ideológicos com traduções institucionais —, Cavaco Silva defende dois pontos: em primeiro lugar, que seria «difícil de catalogar o meu Governo de acordo com os velhos arquétipos de direita e esquerda», sendo «não ideológico em relação ao poder de mercado»; e, em segundo lugar, que «o liberalismo económico» não seria um «dogma», mas «apenas um meio para dar à generalidade dos portugueses um nível de vida melhor» (A. C. Silva, 2004: 262).

O sistema financeiro era parte desses meios, tanto mais que era uma área do interesse de Cavaco Silva: afinal de contas, um dos seus primeiros trabalhos, como bolseiro e investigador do Centro de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian, incidiu sobre aspetos do subdesenvolvimento dos mercados financeiros no Portugal de 1966, no quadro de uma linha pretensamente apolítica e nessa altura descritiva, desprovida de teoria (A. C. Silva, 1968). Sob orientação de Alan T. Peacock, um dos principais economistas neoliberais britânicos da segunda metade do século, a sua tese de doutoramento, de 1973, na Universidade de York, é um trabalho de pura teoria da síntese neoclássica sobre os efeitos macroeconómicos, focados na riqueza, da emissão de dívida no contexto rarefeito de modelos (A. C. Silva, 1977b). A influência da teoria da escolha pública começa a permear a análise macroeconómica, ainda com influências keynesianas, de Cavaco Silva. Tal influência é patente num artigo na revista *Economia*, de que foi um dos fundadores e diretores, um ano depois de ser nomeado diretor do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, um ano antes de ser nomeado Professor Catedrático da FEUNL e dois anos antes de ser ministro das Finanças no governo da Aliança Democrática (AD), liderado por Francisco Sá Carneiro. Este governo duraria um ano. Cavaco Silva não deixaria de usar os instrumentos de política económica à sua disposição para fazer uma política expansionista,²⁵ ancorada no investimento público, de resto, necessário.²⁶

²⁵ Isso não escaparia a qualquer exercício de análise da evolução da despesa pública como, por exemplo, o que foi feito em Reis (1995).

²⁶ Regressado a Portugal no dia 15 de abril de 1974, depois de mais de dois anos a viver no Reino Unido, Cavaco Silva viveu a revolução democrática como um período de «confusão» e de «caos»,

Mas, no artigo sobre «políticos, burocratas e economistas», onde resume um congresso de teoria da escolha pública realizado em Hamburgo e a que tinha assistido, afiança que «a ideia do político como criatura dedicada à prossecução dos interesses da sociedade como um todo é hoje considerada um mito pela generalidade dos economistas», dado que «pela sua maior rentabilidade eleitoral os políticos tendem a favorecer a escolha de alternativas em que predominam benefícios directos, imediatos e de fácil percepção e custos indirectos, distantes no tempo e não facilmente identificáveis» (A. C. Silva, 1978: 492–493). Estas e outras «imperfeições do mercado político», por comparação com os mercados reais, poderiam eventualmente ser resolvidas, quer dando mais peso aos economistas, armados das teorias certas, na decisão, quer reconfigurando e reduzindo a margem de manobra dos decisores políticos, por via constitucional ou outras, o que acabaria por ser feito precisamente pelos governos de Cavaco Silva anos mais tarde. As reformas do sistema financeiro foram de facto cruciais neste processo.

A privatização da banca foi então parte de uma «reforma do sistema financeiro» mais vasta, tendo sido acompanhada, como sublinha, de um «intenso processo de desregulamentação a todos os níveis» que liberalizou preços e quantidades, em particular, ao nível da moeda-crédito e da construção de um quadro regulatório conforme à concorrência de mercado, que «constituiu um passo importante no processo de integração do sistema financeiro no espaço financeiro comunitário» (A. C. Silva, 1995: 98–99). Este espaço estava precisamente a construir-se numa direcção neoliberal, com o mercado único a promover a liberalização total dos movimentos de capitais, com a abolição dos controlos à sua entrada e saída a ser concluída em 1992. Acompanha-a a «decisão histórica» de adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME) nesse mesmo ano, abandonando-se um regime híbrido funcional, algures entre o sistema cambial flexível e o de câmbios fixos, que durara entre 1977 e 1990. O valor do escudo passaria a ser «determinado pelas forças de mercado e pelas regras europeias», logo testadas por grandes ataques especulativos num quadro de crise económica (A. C. Silva, 1995: 107). Para Cavaco Silva,

com reflexos na sua atividade docente, iniciada, em 1966, no ISCEF, agora ISE, que «fora tomado de assalto por estudantes e por alguns assistentes activistas do Partido Comunista e de partidos da extrema-esquerda» (A. C. Silva, 2002: 36). Felizmente, ainda segundo Cavaco Silva, o ministro da Educação, Sotto-Mayor Cardia, do primeiro Governo do Partido Socialista, no quadro do controlo sobre o ensino, «deve ter pensado que o ISE era um caso perdido, sem recuperação possível, e tomou a decisão de promover a criação de raiz» da FEUNL, para onde se transferiria, dominada por economistas do PPD-PSD ou mais para a direita, como já se viu (A. C. Silva, 2002: 37–38).

esta grande reforma era parte de uma política «credível» assente na nova prioridade à «estabilidade de preços» e à «disciplina orçamental», no quadro da convergência nominal rumo à moeda única, esperando-se que fossem os mercados que cuidassem do emprego e dos rendimentos, por via de aumentos de produtividade que ocorreriam como resposta racional a tais incentivos antikeynesianos. Nesse desiderato, «uma das decisões económicas mais importantes que tomei nos meus dez anos de Primeiro-Ministro» (A. C. Silva, 2004: 205) contou com Miguel Beleza e Jorge Braga de Macedo, seus ministros das Finanças e colegas da FEUNL, na sua preparação e implementação. Na lógica coerente e global que presidiu à neoliberalização nacional, não admira que esta alteração verdadeiramente constitucional no regime de política económica haja pressuposto um intervencionismo de mercado, visível, por exemplo, na forma como Cavaco Silva inscreve na lógica de mudança medidas como a nova Lei Orgânica do Banco de Portugal de 1990, que lhe conferiu «independência» e impôs «a renúncia ao financiamento monetário do défice», parte da perda de soberania monetária, «assim formalizando a adesão à regra da autonomia na condução da política monetária exigida pela construção da União Económica e Monetária» (A. C. Silva, 1995: 96). Esta reforma foi complementada por outras: por exemplo, a titularização da dívida pública, transacionada em mercados financeiros que seriam os guardiães últimos da política económica. A Lei Reguladora do Sistema Financeiro — Decreto-Lei n.º 298/92 — é outro marco importante do processo de desregulamentação do setor financeiro, transpondo a diretiva europeia de 1989 para Portugal. No quadro do mercado único de bens e serviços, esta lei procura liberalizar e harmonizar os diferentes setores e práticas do setor financeiro europeu, acabando com as tradicionais distinções entre a banca de investimento e a banca comercial, eliminando as restrições à entrada de novos agentes e alinhando as regras prudenciais do setor com os Acordos de Basileia de 1989.

Neste contexto, em meia dúzia de anos, entre 1990 e 1996, a banca pública passou de um peso de 75% do sistema bancário para um peso de 25%, cingida à Caixa Geral de Depósitos, que, de resto, cada vez mais tomava a banca privada como referência. Tão importantes como a erosão do polo público foram as mudanças na lógica de funcionamento da banca, agora com muito mais margem de manobra, até pela sua inserção plena nos circuitos financeiros internacionais em crescimento, acompanhando as mudanças regulatórias que transformavam tantos setores e que encolhiam de forma deliberada as possibilidades da política pública, até pela abolição dos controlos de capitais ou pela anulação da política cambial.

No início dos anos 1990 terminava o que numa certa historiografia revisionista se chama «mini-idade de ouro (1986–1992)», por comparação com o que teria sido uma mais longa idade do ouro do crescimento económico, até 1973–1974 (L. Amaral, 2015). Na realidade, a suposta «idade de ouro» foi um período de crescimento puxado por uma «industrialização limitada», criando «uma espécie de enclave», com imensas desigualdades socioeconómicas e territoriais típicas de um capitalismo autoritário persistentemente periférico, que «fez do trabalho a sua principal “mercadoria” de exportação» (Reis, 2018: 45). Por sua vez, a «mini-idade de ouro» cavaquista é um mito, sobretudo quando contrastada com a aparente turbulência a seguir ao 25 de Abril, no quadro de crises sucessivas, do «caos» de que tanto falaram os neoliberais portugueses. Na realidade, como indicaram com rigor, tanto José Silva Lopes como, mais recentemente, um dos autores deste capítulo, o período ao qual Cavaco Silva se associou, entre 1985 e 1989, foi marcado por uma taxa de crescimento média anual de 4,4%, inferior à do período entre 1976 e 1980, 5%. Além do mais, o «ciclo da democracia (1974–1983)» foi um período de criação de emprego sem precedentes históricos, no setor público e privado, com o investimento e os serviços públicos a servirem de vetores de modernização e ancoragem democráticas, dadas as alavancas de que se passou a dispor, com o emprego a evoluir «até ao patamar dos 4,3 milhões, sabendo-se que era 3,5 milhões em 1973» (Reis, 2018: 85–86).

O que distinguiu os dois ciclos foi o contexto internacional muito mais favorável de que Cavaco Silva beneficiou, pelo menos até 1992. De facto, os efeitos inicialmente positivos da adesão à CEE, terminado o ajustamento imposto pelo FMI, fizeram-se sentir num momento de forte baixa do preço do petróleo e de crescimento internacional, com ganhos correspondentes nos termos de troca internacional da economia portuguesa, o que atenuou brutalmente o constrangimento de balança de pagamentos, num momento em que Portugal começou a beneficiar dos fundos comunitários, que alavancaram o investimento público com efeitos multiplicadores por via da continuação da infraestruturização do país. Nestes primeiros anos, por comparação com o que viria a seguir com a UE, é necessário reconhecer que a CEE «deixou margem de manobra para os Governos seguirem as suas políticas nacionais, tanto a nível macroeconómico como sectorial» (J. F. do Amaral, 2006: 127). Esta margem de manobra foi usada para trancar Portugal num arranjo institucional que a diminuiria no futuro. Entretanto, registava-se um crescimento dos principais parceiros comerciais de Portugal, num momento em que se deu uma quebra das barreiras comerciais, importante na correção

das anteriormente reduzidas relações económicas com Espanha. A liberalização do comércio e do investimento ancoravam ainda mais o país na divisão europeia de trabalho, sendo, até ao início da década de 1990, inéditos em volume os influxos de investimento direto estrangeiro, que depois se desviariam para o Leste Europeu. Tudo isto permitiu um crescimento económico com correspondente consolidação das finanças públicas e redução da inflação, sem que tal exigisse um registo de austeridade. O país registava uma modernização infraestrutural e dos padrões de consumo, com a taxa de desemprego a descer de 9,3%, em 1986, máximo histórico antes da adesão ao euro, para 3,9%, em 1992, e com o PIB *per capita*, medido em poder de compra, a passar de 50% da média europeia para 70%. Neste contexto, foi relativamente fácil ao PSD de Cavaco Silva forjar um discurso hegemónico de progresso capitalista assente no ideal da mobilidade social ascendente e da convergência com o centro europeu, associando as reformas de matriz neoliberal e a correspondente europeização da economia política nacional, «o pelotão da frente», a estes processos, criando uma clivagem política interna, nós-eles, em que «eles» seriam uma multiplicidade de forças de bloqueio «conservadoras» de matriz coletivista, dos sindicatos aos partidos da esquerda. Em 1987, e de novo em 1991, esta estratégia permitiu duas inéditas maiorias absolutas, fixando o economista Cavaco Silva como o mais bem-sucedido político da democracia portuguesa.

Esta narrativa de progresso seria submetida a uma certa erosão com a crise internacional, entre 1992 e 1994, aprofundada por decisões de política interna sobredeterminadas externamente. Foi acompanhada de forte turbulência cambial, que obrigou a saídas de várias moedas do SME e a alargamentos nas suas bandas de flutuação para permitir ajustamentos cambiais, num momento em que tal opção estava ainda disponível, agora perante ataques especulativos momentosos. A política de prioridade ao combate à inflação havia, entretanto, sido responsável por uma apreciação real do escudo de 30%, entre 1989 e 1992, com o abandono da política de desvalorização deslizante do escudo num contexto de liberalização financeira e comercial (L. Amaral, 2010). Tal política implicou uma grande vulnerabilidade dos setores de bens transacionáveis, especialmente industriais. Na primeira metade da década de 1990, num contexto de crise internacional, a economia portuguesa experimentava uma pequena amostra das posteriores consequências do compromisso assumido com a UEM: a trajetória de convergência real foi interrompida e o país começou a divergência real, dado que, entre 1991 e 1995, cresceu abaixo da média europeia, entrando em recessão ao arripio

do otimismo oficial. Neste contexto de dificuldade, a usura de um poder com traços autoritários, insensível às desigualdades económicas crescentes, ditou uma crescente contestação social, com consequências políticas insuficientes: em 1995, o PS de António Guterres venceria as eleições, mas, como de seguida se verá, seria uma alternância fortemente condicionada pelas restrições estabelecidas pelo caminho transformador fixado desde o final da década de 1980, como aliás Cavaco Silva reconheceu lucidamente.

A segunda metade dos anos 1990 e o início do novo milénio foram marcados politicamente pelos governos do Partido Socialista e pela sua tentativa de conciliação do processo de neoliberalização da sociedade portuguesa, herdado do período marcado por Cavaco Silva, e aceite e aprofundado a ritmos diversos, dependendo dos setores, com a manutenção de alguns pilares fundamentais do Estado social, embora muitos deles, da saúde a outras infraestruturas, fossem submetidos a variadas engenharias neoliberais, das parcerias público-privadas à empresarialização. Tratava-se agora de articular uma política europeia de abertura e liberalização, com a criação de novos mercados, em especial no setor dos serviços, incluindo dos serviços de rede, e uma política de aposta coordenada na qualificação da oferta, sobretudo através de investimento em educação, formação, ciência e Investigação e Desenvolvimento (I&D). Eram na altura depositadas grandes esperanças nos mercados financeiros liberalizados no início dos anos 1990 e nas oportunidades oferecidas pela União Económica Monetária, ou seja, pela integração nos circuitos financeiros internacionais ancorados numa futura moeda forte. Na segunda metade dos anos 1990, a economia portuguesa voltava a crescer à boleia da recuperação da economia europeia, passada a turbulência cambial, quando um dos indicadores e benefícios da chamada convergência nominal rumo ao euro se materializava: a convergência das taxas de juro nominais com as taxas de juro mais baixas registadas nos países mais avançados da UE. Nesta época, muitos pensavam que tal padrão institucional poderia ser indutor de uma afetação de capital eficiente, com ganhos de produtividade no futuro, graças ao investimento das empresas e ao consumo e ao acesso a riqueza mobiliária e imobiliária por parte de famílias. Este era aliás um dos principais argumentos da sabedoria económica convencional vertida no estudo, já referido, sobre os benefícios do euro, encomendado pelo Ministério das Finanças, capitaneado por António Sousa Franco, um jurista ordoliberal e que havia escrito uma primeira história económica conservadora das formas de economia política a seguir ao 25 de Abril (A. S. P. Barbosa, 1998; Franco, 1994). O problema do endividamento externo crescente era

subestimado, confiando-se na racionalidade dos mercados. O fundamental na altura era mesmo sublinhar como o país estaria a colher os frutos da chamada «modernização do sistema financeiro», herdada do cavaquismo e do compromisso, politicamente partilhado pelos dois maiores partidos, com o euro. O primeiro-ministro António Guterres, católico social mais do que socialista, fora muito claro no primeiro Conselho Europeu em que participou, logo em 1995, quando a moeda única foi batizada: «euro, tu és euro e sobre ti edificaremos a Europa». Poucas apostas refletem melhor a sabedoria convencional da época e poucas seriam tão desafiadas pela realidade.

Conclusão

A natureza tardia e o contexto intenso do debate de ideias sobre as possíveis trajetórias de desenvolvimento da economia são, pois, duas marcas incontornáveis da especificidade portuguesa nos anos 1970 e 1980, que influenciaram decisivamente a forma assumida pelo debate económico que aqui se analisou. E pode acrescentar-se outra: as diversas partes da controvérsia haveriam de ocupar ou de influenciar de perto, sucessivamente, o poder e o núcleo mais central da deliberação política, como foi salientado. Pode admitir-se, pois, que este foi um momento raro de proximidade ou mesmo articulação direta entre argumentação económica, política e poder. Quer dizer, ao contrário das situações em que as discussões intelectuais ocorrem predominantemente em campo próprio, geralmente académico, e, portanto, «exterior» aos areópagos mais centrais da política, aqui esta regra não se cumpriu e foi substituída por uma espécie de exceção permanente ao longo das duas décadas. Debate e deliberação, ideias e jogo político posicional, tudo convergiu para um mesmo processo de debate intenso.

Neste capítulo, vimos como as dinâmicas de uma economia política periférica são sobredeterminadas externamente (Pereira, 1976). Foi assim, em grande medida, do ponto de vista da importação e da adaptação das ideias neoliberais em acelerado movimento internacional dos anos 1970 em diante, da forma como fizeram o seu caminho intelectual e político nas circunstâncias específicas de Portugal, em confronto com as ideias socialistas e desenvolvimentistas, tendo sido apoiadas por poderosas organizações internacionais, do FMI à UE. Em particular, a crise financeira e económica internacional dos anos 1970, as intervenções do FMI que se lhe seguiram e o projeto europeu de unificação económica e monetária constituíram formas de aceleração de submissão a normatividades externas. O processo de neoliberalização da sociedade portuguesa, bem revelador de um intervencionismo jurídico-político,

deu lugar a uma forma de economia política muito assente na «delegação» do poder democrático de deliberação em instâncias não legitimadas, retirando-o da sua obrigatória relação com o país, com a organização da vida material, com os cidadãos e com as instituições que lhe conferem legitimidade e entregando-o à lógica entretanto estabelecida da formação de uma arquitetura institucional de raiz monetária e financeira concentrada na geração de procedimentos restritivos da ação pública e na formação de mecanismos que condicionam os Estados em vez de os representarem.

Com o esvaziamento do Estado de competências e o estreitamento do campo de construção de respostas políticas alternativas, o espaço para os debates sistémicos assinalados neste capítulo perde escopo, não somente no contexto da economia portuguesa semiperiférica. Aliás, como se mostrou, estes movimentos de fechamento foram mutuamente constitutivos.

Simultaneamente, os tempos de hoje mostram como os processos de criação de normatividade político-ideológica são sempre processos incompletos face a uma realidade que, inevitavelmente, os desafia. Tornam-se então mais evidente os problemas materiais, a evolução das formas institucionais e as tensões entre elas. E revelam-se as vulnerabilidades nos sistemas produtivos, nos territórios, nas formas de inserção internacional das economias e na própria coerência da organização da produção. Problemas como o das cadeias produtivas «globais», que as circunstâncias da pandemia parecem ter estimulado, reclamam, afinal, processos de reorganização de que as ideias dominantes não cuidaram.

Referências bibliográficas

- Abel, Andrew; Beleza, Miguel; Frankel, Jefferson; Hill, Raymond; Krugman, Paul (1977), «A Model of the Portuguese Economy», *Economia*, 1(1): 113–120.
- Amaral, João Ferreira do (2006), «O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa», *Nação & Defesa*, 115: 113–128.
- Amaral, Luciano (2010), *Economia Portuguesa, as Últimas Décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Amaral, Luciano (2015), «O Processo Económico», in A. C. Pinto (org.), *A Busca da Democracia (1960–2000)*. Lisboa: Objectiva, 81–110.
- Araújo, António (2016), «A Direita Portuguesa Contemporânea: Itinerários Socioculturais», in R. Marchi (org.), *As Direitas na Democracia Portuguesa: Origens, Percursos, Mudanças e Novos Desafios*, Lisboa: Texto Editores, 9–56.
- Backhouse, Roger (2010), «Economics», in Roger Backhouse e Philippe Fontaine (orgs.), *The History of the Social Sciences since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 38–70.

- Baklanoff, Erik N. (1996), «Breve Experiência do Socialismo em Portugal: O Sector das Empresas Estatais», *Análise Social*, 31(4): 925–947. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396078J5qGK7ii0Ay50XT5.pdf>.
- Barbosa, António S. Pinto (1985), «O Canto das Sereias», *Mão Invisível*. Lisboa: Edipress, 9–10.
- Barbosa, António S. Pinto (org.) (1998), *O Impacto do Euro na Economia Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Barbosa, Manuel Pinto (1984), *Growth, Migration and the Balance of Payments in a Small Open Economy: Portugal*. Nova Iorque: Garland.
- Barbosa, Manuel Pinto; Beleza, Miguel (1980), «External Desequilibrium in Portugal 1975–1978», 2.^a Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa, Volume I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 43–64.
- Bastien, Carlos (2000), «The Advent of Modern Economics in Portugal», in B. Coats (org.), *The Development of Economics in Western Europe since 1945*. Londres: Routledge, 162–183.
- Bastien, Carlos; Cardoso, José Luís (2003), «Structuralism and Development in the European Periphery: The Case of Portugal», *Notas Económicas*, 3: 36–51.
- Beleza, Miguel (1985), «Abaixo o Corporativismo», *Mão Invisível*. Lisboa: Edipress, 30–31.
- Cardoso, José Luís; Reis, Jaime (2011), «Entrevista a Jaime Reis por José Luís Cardoso», *Análise Social*, 200, 484–499.
- Constâncio, Vítor (1999), «Comunicação», *O Euro e a Política Económica Portuguesa*, Conferência Promovida pelo Ministério das Finanças. Lisboa: Ministério das Finanças, 53–61.
- Constâncio, Vítor (2008), «The Portuguese Economy: Achievements and Challenges», in Francesco Franco (org.), *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 53–68.
- Costa, Ana (2019), «O Banco de Portugal e a Disseminação de Ideias Económicas», in Vítor Neves e José Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal — Uma História Recente*. Coimbra: Almedina, 99–138.
- Cravinho, João (1984), «Portugal: Um País em Crise entre o “Desplaneamento” e as Políticas de Estabilização», in AA. VV., *O Planeamento Económico em Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 43–72.
- Dornbusch, Rudiger (1980), «Commentary», 2.^a Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa, Volume I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 65–72.
- Dornbusch, Rudiger (1981), «Portugal’s Crawling Peg», in J. Williamson (org.), *Exchange Rate Rules*. Londres: Macmillan Press, 243–252.
- Dornbusch, Rudiger; Eckaus, Richard; Taylor, Lance (1979), «Analysis and Projection of Macroeconomic Conditions in Portugal», in L. Graham e H. Makler (orgs.), *Contemporary Portugal — The Revolution and Its Antecedents*. Austin: University of Texas Press, 299–230.
- Economia e Socialismo* (1976a), «Editorial», *Economia e Socialismo*, 1: 1–2.

- Economia e Socialismo* (1976b), «Editorial», *Economia e Socialismo*, 8: 1–2.
- Economia e Socialismo* (1976c), «Notícias da Transição», *Economia e Socialismo*, 8: 33–42.
- Fishman, Robert (2019), *Democratic Practice. Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Franco, António de Sousa (1994), «A Economia», in A. Reis (org.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 170–294.
- Frieden, Jeffrey A. (2006), *Global Capitalism. Its Fall and Rise in the Twentieth Century*. Nova Iorque: Norton.
- Kolm, Serge-Cristophe (1977), *La Transition Socialiste. La politique économique de gauche*. Paris: Cerf.
- Krugman, Paul; Macedo, Jorge Braga (1979), «The Economic Consequences of the April 25th Revolution», *Economia*, 3(3): 455–507.
- Lopes, José de Sousa (1982), «IMF Conditionality in the Stand-By Arrangement with Portugal of 1978», *Estudos de Economia*, 3(2): 141–166.
- Macedo, Jorge Braga (1977), *Interdependência Económica, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional.
- Macedo, Jorge Braga (1979), «Introdução: Grandeza e Misérias dos Estudos Portugueses», *Economia*, 3(3), 421–425.
- Macedo, Jorge Braga (1982), *Portfolio Diversification and Currency Inconvertibility. Three Essays in International Monetary Economics*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa.
- Macedo, Jorge Braga (1983), *A Ilógica do Sistema Constitucional Português*. Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
- Macedo, Jorge Braga (2008), «Economic Advice and Regime Change in Portugal», in F. Franco (org.), *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 201–230.
- Maloney, John (2012), «The Treasury and the New Cambridge School in the 1970s», *Cambridge Journal of Economics*, 36: 995–1017.
- Marçal, G.; Costa, A.; Branco, Manuel (2019), «A Uniformização no Ensino Pós-Graduado em Economia de 1980 até Hoje», in Vítor Neves e José Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal. Discursos, Protagonistas e Instituições Recentes*. Coimbra: Almedina, 137–177.
- Mata, José (1995), «A Investigação em Economia em Portugal: 1980–1994», *Economia*, 19(2): 73–98.
- Mello, António; Lucena, Diogo (orgs.) (1990), *Política Económica e Privatizações em Portugal*. Lisboa: Verbo.
- Mirowski, Philip (2009), «Postface: Defining Neoliberalism», in P. Mirowski e D. Plehwe (orgs.), *The Road from Mont Pèlerin — The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 417–455.

- Moura, Francisco Pereira (1977a), *O Projecto Burguês do Governo Socialista*. Lisboa: Seara Nova.
- Moura, Francisco Pereira (1977b), «Comentário», *Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa*, Volume I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 93–102.
- Murteira, Mário (1975a), «Exposição ao Conselho da Revolução sobre Política Económica», in M. Murteira (org.), *Textos de Política Económica*. Lisboa: Cadernos Hipopótamos, 13–17.
- Murteira, Mário (1975b), «Notas sobre o Plano Económico de Transição para Apreciação do Conselho da Revolução», in M. Murteira (org.), *Textos de Política Económica*. Lisboa: Cadernos Hipopótamos, 55–64.
- Murteira, Mário (1975c), «Sobre o Conceito de Independência Económica», *Análise Social*, 11(4): 527–537.
- Murteira, Mário (1975d), «A Crise da Revolução Portuguesa», in M. Murteira (org.), *Textos de Política Económica*. Lisboa: Cadernos Hipopótamos, 65–76.
- Murteira, Mário (1976), «Política Económica dos Governos Provisórios», *Economia e Socialismo*, 1: 37–49.
- Murteira, Mário (1979a), «The Present Economic Situation», in L. Graham e H. Makler (orgs.), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents*. Austin: University of Texas Press, 331–342.
- Murteira, Mário (1979b), *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*. Lisboa: Presença-GIS.
- Murteira, Mário (1982), «Ruptura e Regulação da Economia Portuguesa nos Anos 70», *Análise Social*, 18(3–4–5): 1053–1075.
- Murteira, Mário (1984), «Estado, Crise e Regulação na Europa do Sul (Uma Reflexão Comparada sobre a Experiência Portuguesa)», *Análise Social*, 20(1): 29–39.
- Noronha, Ricardo (2018), *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974–1975)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.
- Nunes, Manuel Jacinto; Sousa, Alfredo; Girão, José António; Silva, Aníbal Cavaco; Macedo, Jorge Braga (1977), «A Economia Portuguesa em Debate», *Economia*, 1(1): 155–174.
- Pereira, João Martins (1976), *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand.
- Reis, José (1995), «Estado, Instituições e Economia: A Despesa Pública em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44: 25–58.
- Reis, José (2018), *A Economia Portuguesa. Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960–2017)*. Coimbra: Almedina.
- Reis, José (2019), «GEBEI: Um Pensamento Económico Estruturado na Periferia da Europa», in V. Neves e J. Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal — Uma História Recente*. Coimbra: Almedina, 21–59.

- Reis, José; Rodrigues, João; Santos, Ana; Teles, Nuno (2014), «Compreender a Crise: A Economia Portuguesa num Quadro Europeu Desfavorável», in J. Reis (coord.), *A Economia Política do Retrocesso: Crises, Causas e Objetivos*. Coimbra: Almedina, 21–85.
- Ribeiro, José Félix; Fernandes, Lino Gomes; Ramos, Maria Manuel Carreira (1987), «Grande Indústria, Banca e Grupos Financeiros — 1953/1973», *Análise Social*, 99: 945–1018.
- Rodrigues, João (2018), «Na sombra de 1989: Economia Política Internacional depois do Fim da História», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial, 189–216.
- Rodrigues, João (2019), «Novas Economias em Portugal: O Caso dos Economistas Pinto Barbosa», in V. Neves e J. Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal — Uma História Recente*. Coimbra: Almedina, 61–97.
- Rodrigues, João; Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nunes (2016), *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.
- Silva, Aníbal Cavaco (1968), *O Mercado Financeiro Português em 1966*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, Aníbal Cavaco (1977a), *Política Orçamental e Estabilização Económica*. Lisboa: Clássica Editora.
- Silva, Aníbal Cavaco (1977b), *Economic Effects of Public Debt*. Londres: Martin Robertson.
- Silva, Aníbal Cavaco (1978), «Políticos, Burocratas e Economistas», *Economia*, 2(3): 491–502.
- Silva, Aníbal Cavaco (1995), *As Reformas da Década*. Venda Nova: Bertrand.
- Silva, Aníbal Cavaco (1997), *Portugal e a Moeda Única*. Lisboa: Verbo.
- Silva, Aníbal Cavaco (2002), *Aníbal Cavaco Silva. Autobiografia Política*. Lisboa: Temas e Debates.
- Silva, Aníbal Cavaco (2004), *Aníbal Cavaco Silva. Autobiografia Política II*. Lisboa: Verbo.
- Silva, Manuela (1984), «O Planeamento em Portugal: Lições da Experiência e Perspectivas de Futuro», in AA. VV., *O Planeamento Económico em Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 13–42.
- Silva, Manuela (1985), «A Repartição do Rendimento em Portugal no Pós Abril 74. Tópicos para um debate», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17: 269–279.
- Sousa, Alfredo (2017), *Evolução Recente da Economia Portuguesa 1945–1985*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sousa, Alfredo; Moura, Francisco Pereira; Reis, Jaime; Macedo, Jorge Braga; Teixeira Ribeiro, José Joaquim; Beleza, Miguel; Nunes, Jacinto; Constâncio, Vítor (orgs.) (1989), *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Steger, Manfred; Roy, Ravi (2010), *Neoliberalism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.